

A “VOLTA” DO ESTADO? CONJUNTURA E PERSPECTIVAS NA ESPANHA E NOS ESTADOS UNIDOS COM A PANDEMIA

The “return” of the State? Conjuntura and perspectives in Spain and the United States with the pandemic

Vitor Araújo Filgueiras
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia

Alice Azevedo Magalhães
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia

Sara Costa Pedreira
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia

Informações do artigo

Recebido em 21/11/2021

Aceito em 15/12/2021

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p484-530>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Como ser citado (modelo ABNT)

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; MAGALHÃES, Alice Azevedo; PEDREIRA, Sara Costa. A “volta” do Estado? Conjuntura e perspectivas na Espanha e nos Estados Unidos com a pandemia. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 484-530, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p484-530>

Resumo

Nos últimos 40 anos, o neoliberalismo mostrou-se resiliente mesmo com médias baixas de crescimento econômico, permanência de desemprego em massa e aumento das desigualdades, bem como inúmeras crises, com destaque para o crash financeiro de 2008-09, que parecia ameaçar a hegemonia neoliberal. A pandemia provocada pela Covid-19 está testando, mais uma vez, o reinado do neoliberalismo. O objetivo deste texto é analisar uma possível mudança do papel do Estado na dinâmica do emprego e na proteção social, com base nos casos da Espanha e dos Estados Unidos. O Estado nunca esteve ausente da economia, todavia, voltou à tona o debate por uma mudança qualitativa em sua atuação no que concerne ao crescimento e à proteção social. O principal argumento aqui apresentado é que ainda é cedo para concluir sobre eventuais mudanças estruturais, contudo, há muitos indícios de que não será desta vez que o neoliberalismo deixará de hegemonizar a cena internacional.

Palavras-Chave: Estado e economia. Direitos sociais. Mercado de trabalho.

Abstract

In the last 40 years, neoliberalism has shown resilience despite the low averages of economic growth, the highlight of the last mass unemployment and increase in inequalities, as well as the economic crises, especially the financial crash of 2008-09, which seemed threatening to a neoliberal hegemony. The pandemic caused by Covid-19 is testing, once again, the reign of neoliberalism. The aim of this paper is to evaluate possible changes in the role of the State in the dynamics of employment and social protection, based on the cases of Spain and the United States. The State has never been absent from the economy, however, the debate has resurfaced for a qualitative change in its performance with regard to growth and social protection. The main argument presented here is that it is still too early to conclude on possible structural changes, however, there are many indications that it will not be this time that neoliberalism will stop hegemonizing the international scene.

Keywords: State and Economy. Social rights. Labor market.

Introdução

Nas últimas quatro décadas, a adesão ao pacote político-ideológico do neoliberalismo mostrou-se resiliente mesmo com médias baixas de crescimento econômico, permanência do desemprego/subemprego em massa e aumento das desigualdades, para não falar das crises, como o crash financeiro de 2008-09, que parecia ameaçar a hegemonia neoliberal. Será que agora, com a pandemia da Covid-19, teremos um desfecho diferente?

Ao redor do mundo, desde o início da crise sanitária, tem sido muito discutida ou mesmo anunciada uma “volta” do Estado, mais “intervencionista”, eventualmente buscando políticas de pleno emprego e melhor distribuição da riqueza social (ver, dentre muitos, SUZANE *et al*, org., 2021).

O objetivo deste texto é analisar uma possível mudança do papel do Estado na dinâmica do emprego e na proteção social, com base nos casos da Espanha e dos Estados Unidos. O Estado nunca esteve ausente da economia (nem era “menor”), todavia, voltou à tona o debate por uma alteração qualitativa em sua atuação no que concerne ao crescimento e à distribuição. O principal argumento aqui apresentado é que ainda é cedo para concluir sobre eventuais mudanças estruturais no papel do Estado, contudo, há muitos indícios de que não será desta vez que o neoliberalismo deixará de hegemonizar a cena internacional.

Para chegar a tal hipótese, foram analisadas mudanças nas políticas públicas nos EUA e na Espanha a partir do início da pandemia, e seus desdobramentos nas disputas sociais, nas condições de vida e no desempenho do mercado de trabalho desses países. Foram consultadas diversas bases de dados e informações oficiais, dentre elas, o *Bureau of Labor Statistics*, o *Census Bureau*, a Casa Branca, o *Internal Revenue Service*, *Benefits.Gov*, o Departamento do Tesouro (Estados Unidos), o Instituto Nacional de Estadística e Servicio Público de Empleo Estatal, o *Ministerio de Inclusión, Seguridad Social y Migraciones* (Espanha). Complementarmente, acessamos pesquisas de instituições como *Economic Policy Institute*, *More Perfect Union*, *Moody's Analytics*, *People's Police Project*, *European Anti Poverty Network*, além de documentos judiciais, notícias de jornais e publicações online.

Para analisar essa possível “volta” do Estado, este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, há mais quatro seções, quais sejam: 2) uma discussão conceitual sobre a ideia de “volta” do Estado; 3) a apresentação das políticas públicas

adotadas ou planejadas com a pandemia na Espanha e nos EUA; 4) os desdobramentos e as perspectivas para as políticas públicas e o mercado de trabalho nesses países; 5) algumas considerações finais sobre a “volta” do Estado à luz das evidências apuradas até o momento.

A “volta” do Estado com a pandemia

No campo minimamente crítico, há consenso sobre a prevalência da hegemonia neoliberal nas últimas décadas na maior parte do globo. Não há consenso, contudo, sobre o próprio conceito de neoliberalismo. Pode-se definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias e práticas, como sistema de acumulação dominante na atualidade, como uma era do capitalismo, entre outros. Apenas para ilustrar, Alfredo Saad Filho define o neoliberalismo como modo de existência do capitalismo contemporâneo, Dominique Lévy e Gérard Duménil como nova ordem social.

Não iremos desenvolver tal polêmica neste artigo. O neoliberalismo aqui nos interessa, diretamente, como conjunto de ideias e receituário de políticas públicas. O sucesso neoliberal, portanto, tem relação com a formulação e disseminação de pressupostos, argumentos e conclusões impostos, ao menos em alguma medida, como senso comum.

Um dos principais pressupostos neoliberais, e que tem conseguido impregnar o debate público e seu norteammento em diversos níveis, é a dicotomia entre mercado e Estado. Essa oposição pode aparecer de duas formas distintas, apesar de serem usadas para pleitear fundamentalmente a mesma agenda. A dicotomia pode aparecer como: 1) defesa da “redução” do Estado, de que o Estado deve ser “mínimo”; 2) ou, no limite, de que existe mercado sem Estado.

Nesse sentido, o argumento neoliberal mais comum é que o Estado deve “intervir” menos para que a economia prospere. Por exemplo, o Estado deve “sair” das relações de trabalho, permitindo a negociação direta entre patrão e empregado:

redefinir as formas, o escopo e os instrumentos de intervenção regulatória do governo [Estado] no sistema econômico, *no sentido de restringi-las ao essencial*, de melhorar sua eficácia e de liberar as forças criativas da sociedade para o desenvolvimento econômico (FIESP, 1990, p. 129)

[...] *Vive-se sob intensa intervenção do Estado*, onde prevalece um labirinto de leis e normas – constitucionais e infraconstitucionais – que engessam as relações do trabalho e dificultam a geração de maiores oportunidades de emprego e comprometem a competitividade das empresas. (CNI, 1998, p. 44)

A “diminuição” do Estado deve ocorrer porque suas intervenções

influenciam as oportunidades e incentivos para que as empresas invistam na produção, criem empregos e cresçam. Portanto, há um dilema permanente entre a extensão dos direitos assegurados por lei aos trabalhadores e o estímulo ao funcionamento e expansão do setor produtivo. (CNI, 1998, p. 44).

Essa demanda por um Estado “mínimo” ou sua “menor” intervenção na economia, em geral, e na regulação do trabalho, em particular, não se sustenta. Não existe capitalismo sem Estado, e a garantia da propriedade e das condições de operação do mercado de trabalho pode exigir muito mais pessoas, leis e dinheiro do que, por exemplo, a promoção de políticas sociais. Como o Estado pode atenuar as assimetrias que ele mesmo institui, pois permeado por disputas entre as forças e classes sociais, o máximo que a ideia de “tamanho” do Estado permite é visualizar as posições políticas das pessoas com base nas ações estatais que elas consideram “mínimas” ou “exageradas”.

Colocando a questão de modo sistemático, a dicotomia entre mercado e Estado e a consequente demanda por “menos” Estado é inconsistente por duas razões:

- a) Não há um critério a priori, nem absoluto, que defina o que é “maior” ou “menor” Estado. Pode ser o número de normas ou índices de sua efetividade, quantidade de servidores, o tamanho absoluto ou relativo de tributos, o tamanho absoluto ou relativo de gastos, etc.
- b) Mesmo após a definição anterior, que é necessariamente uma imputação questionável, não há critério a priori, nem absoluto, de que área de intervenção será considerada “mínima” ou “máxima”. Para o neoliberalismo, “mínimo” é a garantia da propriedade, para outro campo político, intervenção “mínima” é proteção social. Ademais, como dissemos, o mínimo neoliberal pode demandar mais pessoas, leis e recursos do que o mínimo da proteção social, por exemplo.

É interessante, como indica Chang (2001), que a própria definição do que é interferência do Estado é uma questão valorativa e circunstancial. O que, em determinados países e mesmo no interior de um mesmo país, a depender do contexto histórico, se considera uma intervenção do Estado no mercado, como a proibição do trabalho infantil, por exemplo, em outra circunstância pode ser parte das regras que constituem o que se considera livre mercado. Como há muito tempo já indicado por Polanyi (2000), é fundamental o papel do Estado na instituição e manutenção dos requisitos para a existência do “livre” mercado, a despeito da sua utopia.

A dicotomia entre Estado e mercado, a crença de que o “tamanho” do Estado prejudica o mercado ou mesmo de que existe capitalismo sem Estado, engendra o que chamamos de liberalismo de playground. O Estado é, na realidade, uma instituição que garante a propriedade e outras condições de existência do próprio capitalismo. Apenas em situações de guerra social existe empresa sem poder estatal: quem postula a supressão do Estado é a extrema esquerda, ao contrário do delírio de algumas correntes da direita.

A maioria dos ditos liberais contemporâneos faz apologia à ausência do Estado na relação entre capital e trabalho, mas todos querem a intervenção da polícia quando os trabalhadores se rebelam. Contudo, a rigor, o liberalismo clássico, inclusive seu grande ícone, Adam Smith, não caía na dicotomia do liberalismo de playground. Para ele, “o governo civil, instituído com a finalidade de oferecer segurança à propriedade, é, na realidade, instituído para defender o rico do pobre ou os que têm alguma propriedade dos que não têm propriedade alguma”. (SMITH, 1937, p. 674).

Ainda segundo Smith, no conflito de classes o Estado interfere para apoiar o capital:

Os patrões, nestas ocasiões, também reclamam muito do outro lado e nunca deixam de clamar pela ajuda do magistrado civil e de pedir o cumprimento rigoroso das leis aprovadas com tanta severidade contra as combinações de empregados, trabalhadores e tarefeiros. As combinações (dos empregados) [...] geralmente, não dão em nada, exceto na punição ou na ruína dos seus líderes (SMITH, 1937, p. 66-67)

A demanda dos empresários pela intervenção direta do Estado, contra os trabalhadores, não é uma hipótese especulativa ou remota. Ela é sistemática e tende a ser proporcional às mobilizações daqueles que vivem do trabalho, mesmo quando buscam

apenas atenuar más condições de emprego, como tem ocorrido com o avanço das lutas sociais recentes nos EUA.

A inconsistência da dicotomia entre mercado e Estado, como se a atuação estatal fosse fundamentalmente contrária aos interesses empresariais, é evidenciada até quando o “livre” mercado não é hegemônico. Mesmo um Estado que promova a expansão do emprego dirigindo os recursos para a acumulação produtiva não necessariamente é progressista. Uma intervenção “mais forte” pode criar mais empregos, mas nada garante que será boa para os trabalhadores – é o que se vê desde Malthus, passando por ditaduras que, como a instaurada no Brasil, induziram a aceleração da acumulação produtiva.

Um Estado que puxe o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente, para mudar as condições de vida de quem trabalha. Como o Estado, apesar de capitalista, pode atenuar as desigualdades que ele mesmo institui, precisamos de políticas que enfoquem outras variáveis para promover o emprego e que usem o custo do trabalho como fator de incentivo à demanda agregada. O problema é que, mesmo elevando a acumulação do conjunto dos capitais, o pleno emprego tem caráter essencialmente político e tende a encontrar resistência empresarial, tanto pela redução de seu poder de alocação da riqueza, quanto pelo menor disciplinamento dos trabalhadores, que tendem a se fortalecer quando o desemprego é baixo. Assim, um cenário civilizado de capitalismo demanda enfrentar a resistência dos empresários não apenas aos direitos sociais, mas ao próprio pleno emprego¹.

No campo progressista, o problema do pleno emprego é muito abordado pela hipótese da hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo (muitos chamam isso de financeirização da economia). De fato, se deixado livre, o capital financeiro se reproduz mais rápido. Mas será que os capitais produtivos são subordinados e prejudicados pelo financeiro? Em um cenário como o atual, não estaria a maioria dos capitais satisfeita com a exploração do trabalho favorecida pelo grande desemprego e enfraquecimento dos trabalhadores²? A

¹ Ver texto quase profético de Michał Kalecki, “Aspectos políticos do pleno emprego”, trad. José Carlos Ruy, Jacobin Brasil, 30 set. 2020. Disponível on-line

² Dentro da heterodoxia, autores de matrizes teóricas distintas tendem a se aproximar por meio de um diagnóstico sobre o capitalismo atual que é comum na chamada prevalência do rendimento financeiro e patrimonial (Piketty), no rentismo (Stiglitz), na dominância das finanças (Chesnais)

grande coesão dos empresários, de todos os setores, em torno da pauta liberal, com fricções muito pequenas comparadas ao consenso vigente, sugere uma resposta. O crescimento do produto agregado é menor, mas os vencedores conseguem margens brutais de apropriação da riqueza em um ambiente social (ainda) favorável.

Denunciar a dicotomia entre Estado e mercado, e demonstrar como a regulação do trabalho é claramente valorativa e pode auxiliar o crescimento, pode ajudar a torná-la uma pauta de compensação para a maioria das pessoas na sociedade capitalista, dando algum nível de proteção aos trabalhadores. Sendo mais direto, e isso tem de ficar explícito: a proteção ao trabalho é uma compensação mínima das políticas públicas para justificar o capitalismo.

Políticas Públicas e a “volta” do Estado

Com a pandemia, o mantra em defesa da chamada austeridade e contra direitos sociais passou a ficar em xeque em boa parte do mundo. Aumento dos gastos públicos para manter as atividades, particularmente o emprego e a renda, se descolaram da cantilena dos últimos 4 decênios. Grande parte dos governos se lançou em um imperativo para conter o impacto econômico de uma pandemia sem prazo predefinido para terminar.

Na nova conjuntura internacional, EUA e Espanha têm se destacado nessa espécie de “volta” do Estado. Desse modo, abordaremos as experiências recentes destes dois países a partir da análise dos seguintes aspectos: 3.1) medidas emergenciais; 3.2) planos de desenvolvimento para retomada da produção e do emprego; e 3.3) planos de proteção social.

Medidas emergenciais com o início da pandemia

A crise sanitária que engendrou mudanças no campo social e econômico alterou a conjuntura econômica, quebrando cadeias produtivas de suprimentos, limitando as atividades laborais e estimulando novos hábitos de consumo e de estilo de vida na população do globo.

Dada a magnitude da Covid-19, alguns pacotes econômicos foram implementados na Europa e nos Estados Unidos para fazer frente a tais acontecimentos. Esta subseção tratará

das políticas públicas, com impactos econômicos e sociais, tomadas de forma emergencial pelos governos nos EUA e na Espanha, durante a pandemia.

Estados Unidos

Logo no início do período pandêmico, os primeiros pacotes de estímulo à economia e proteção social foram aprovados nos Estados Unidos. Os planos buscavam fornecer assistência econômica rápida e direta para trabalhadores, famílias, pequenas empresas e indústrias. Destaca-se o *Cares Act*, de março de 2020, responsável por efetuar transferências monetárias para as famílias e trabalhadores, em caráter temporário, com o intuito de conter a perda de rendimentos. Os pagamentos de impacto econômico (EPI) corresponderam a uma parcela de U\$1.200 para indivíduos com renda anual bruta de até U\$75.000, ou de até U\$150.000 para casais. O benefício era decrescido até a faixa de renda de U\$99.000 para indivíduos e U\$198.000 para casais. O EPI também disponibilizou uma parcela de U\$500 por crianças menores de 17 anos. No total, uma família de dois adultos com duas crianças abaixo de 17 anos pode ter recebido até U\$3.400. Em dezembro, o *Tax Relief Act* liberou mais uma rodada do EPI, porém, desta vez, de apenas U\$600 por adultos e crianças elegíveis (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2020b; 2021a).

No âmbito da assistência às famílias com crianças, um programa já existente foi suplementado. Conhecido habitualmente como “*food stamps*”, o *Supplemental Nutrition Assistance Program* (SNAP) fornece auxílios para famílias de baixa renda comprarem alimentos. A Primeira Lei das Famílias de Resposta ao Coronavírus (FFCRA), sancionada em março de 2020, flexibilizou alguns pontos do SNAP, conferindo mais autonomia às agências estaduais na implementação do programa (FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2020).

A FFCRA instituiu o *Pandemic Electronic Benefit Transfer* (P-EBT), fornecendo benefícios para as famílias adquirirem alimentos no período em que as escolas e creches estão fechadas ou funcionando com horário reduzido por conta da pandemia (FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2021a). O FFCRA também exigiu que os empregadores fornecessem licença remunerada para trabalhadores adoecidos e ou afastados do trabalho por necessidade familiar relacionada à Covid-19. Para os trabalhadores doentes, o benefício concedido era de até 100% do seu salário, e os

trabalhadores que prestavam o cuidado a alguém estavam elegíveis para receber até dois terços do seu salário. O benefício imperativo da licença remunerada foi temporário e durou até dezembro de 2020 (U.S. DEPARTMENT OF LABOR, 2020).

Na proteção contra o desemprego, o *CARES Act* introduziu dois programas principais de caráter temporário. O programa de Assistência ao Desemprego Pandêmico (PUA) mirou indivíduos que trabalham por conta própria, procuram emprego por tempo parcial, e outros que não se qualificariam para o benefício regular de desemprego. A Compensação de Desemprego Pandêmica (PEUC), por sua vez, incluiu um bônus de 300 dólares fornecido pelo governo federal, além dos benefícios sociais aos trabalhadores elegíveis às indenizações de desemprego (KNORR-EVANS, 2021).

Outra medida iniciada pelo *CARES Act* constitui-se na *Eviction moratorium*. Ela foi responsável por impedir o despejo dos locatários que não conseguiram manter o aluguel em dia durante o período pandêmico. Todavia, esta medida não perdoava os débitos de aluguel (NATIONAL LOW INCOME HOUSING COALITION, 2021a).

Espanha

Em 14 de março de 2020, o Real Decreto 463/2020 decretava o estado de alarme na Espanha juntamente com limitações da atividade empresarial, restrições de mobilidade e recomendações sanitárias (ESPANHA, 2020a). Em resposta à pandemia e suas consequências econômicas, o governo aprovou uma série de medidas objetivando mitigar o impacto entre os setores mais vulneráveis da população.

Mesmo antes da crise pandêmica, a Espanha já apresentava altos níveis de vulnerabilidade social. Em 2020, 4,5 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza extrema, cerca de 9,5% da população (EAPN, 2021), e a taxa de pessoas em risco de pobreza era superior à média da União Europeia. Da população empregada, o percentual de pessoas em risco de pobreza excedia em 3,4% a média europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2020).

Inicialmente, a pandemia foi acompanhada do aumento da desigualdade. A redução de renda em maio de 2020 em relação aos rendimentos pré-pandemia foi de 27% entre os mais pobres, enquanto entre os mais ricos foi de 6,5 % (MARTINEZ-BRAVO, SANZ, 2021). Nesse sentido, o índice de Gini entre os meses de fevereiro e abril de 2020 teve um forte

aumento de 11 pontos. Com as novas políticas sociais, esse aumento arrefeceu, e, em agosto de 2020, encontrava-se 5% acima dos níveis pré-pandêmicos (CAIXABANK, 2020).

A principal política de transferência implementada é o *Ingreso Mínimo Vital* (SMV). Ele foi anunciado em 2019 como parte da *Estrategia Nacional de Prevención y Lucha contra la Pobreza y la Exclusión Social 2019-2023*, mas a pandemia acelerou a sua implementação, ao fim de maio, através do Decreto Ley 20/2020. O SMV busca garantir um nível mínimo de renda aos lares vulneráveis, reduzindo a pobreza e redistribuindo renda, e suas prestações duram enquanto persistir a situação de vulnerabilidade econômica (ESPANHA, 2020g).

Também se destacaram políticas de proteção social referentes à habitação. Em 2020 foi aprovado o *Real Decreto-ley 11/2020*, que suspende os despejos de lares vulneráveis, prorroga os contratos de aluguel para fins de moradia e proíbe a suspensão de fornecimento de água, derivados do petróleo, gás natural e energia (ESPANHA, 2020b).

Entre os efeitos da pandemia no mercado de trabalho, está a ampliação do teletrabalho como alternativa ao trabalho presencial. O Real Decreto-ley 28/2020 e o 29/2020, que regulamentam o trabalho à distância, surgem como resposta ao contexto pandêmico, inclusive recomendando a sua adoção preferencial como forma a prevenir o contágio.

Uma política anterior à pandemia, mas adaptada e bastante utilizada com a crise sanitária, foi o *Expediente de regulación temporal de empleo* (ERTE). Ele permite a suspensão temporária dos contratos ou redução da jornada, dando aos trabalhadores acesso ao seguro desemprego ainda que não tenham completado o período mínimo de cotização. Além disso, o período de suspensão do contrato ou redução da jornada laboral em que os trabalhadores estejam recebendo a prestação não é computado na contabilização do período máximo legalmente estabelecido (ESPANHA, 2020j).

Outras medidas adotadas com início da pandemia foram: os benefícios de desemprego para trabalhadores fixos-descontínuos; o subsídio de desemprego excepcional por fim de contrato temporal; a prestação extraordinária por encerramento de atividade de trabalhadores autônomos e trabalhadores do mar; o subsídio extraordinário por inatividade dos trabalhadores domésticos; o sistema especial para trabalhadores rurais por conta

própria; acesso de artistas à prestação por desemprego; além de medidas extraordinárias relativas à prorrogação do subsídio por desemprego e cotização com a Seguridade Social (ESPANHA, 2020 a, b, c, d, e, f).

Planos de desenvolvimento econômico

Com a pandemia, muito tem se especulado sobre uma mudança sintomática no papel do Estado, foram aventados grandes projetos, inclusive com expectativas de parceria público privada e de mudança de paradigma em relação às fontes de energia. Assim, surgiram planos que quebram a ideia de austeridade, ancorando-se na implementação de políticas públicas na direção do pleno emprego e mesmo diretamente distributivas. Esta subseção tratará dos pacotes de investimento nos EUA e na Espanha, durante a pandemia.

Os planos Biden

Desde o início da administração Biden, a magnitude dos planos de recuperação da economia estadunidense tem levado muitos a falar sobre uma possível reedição do *New Deal*. Este paralelo com o Estado Keynesiano advém dos gastos sociais e da retomada de políticas públicas ativas como promotoras do desenvolvimento. O investimento público em proporção ao PIB havia caído mais de 40% desde os anos 1960, mas pode voltar a ser a tônica de resgate de um modelo de desenvolvimento semelhante ao pós-guerra. Um dos planos já aprovado é o *American Rescue Plan* (ARP), que totaliza U\$1 trilhão em programas geridos pelo Departamento do Tesouro, sendo que, nos primeiros seis meses do plano, cerca de U\$700 bilhões já foram despendidos (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2021c).

Em 2021, a nova administração previu três planos centrais - conhecidos comumente como os planos Biden - *American Rescue Plan*, *Jobs Plan* e *Families Plan*. Estes pacotes de estímulo econômico são uma tentativa de conciliar e retroalimentar desenvolvimento social e econômico. Eles abarcam áreas prioritárias enquadradas no plano de reconstruir melhor - *Build Back Better*. Intenta-se retomar o crescimento econômico, fornecer proteção social, reaquecer o mercado de trabalho, combater as mudanças climáticas e melhorar a infraestrutura de transportes, água e saneamento básico.

O ARP, de março de 2021, foi responsável por estender parte das políticas públicas propostas pelo *Cares Act* e introduzir novos programas. Todavia, os demais planos da agenda reconstruir melhor - *Jobs Plan* e *Families Plan* - foram condensados em uma legislação específica no país, a *Reconciliation Bill*, na tentativa de serem aprovados e executados.

O plano de infraestrutura, por sua vez, conjuga pontos do *Jobs Plan* com propostas da ala republicana. Ele consta com U\$550 bilhões de novos investimentos em 5 anos, embora esteja reduzido de sua cobertura inicial, minimizando áreas vitais para o combate às mudanças climáticas, como o investimento em veículos elétricos e zerando os créditos fiscais de energia limpa (RUBIN; COLLINS, 2021). Inicialmente, o plano incluía áreas de infraestrutura social, como habitação, escolas e construção, cuidados domiciliares e comunitários, além de pesquisa e desenvolvimento e manufaturas. A legislação final restringe-se à infraestrutura física e divide-se em três áreas centrais: transportes, serviços de utilidade pública e poluição. Assim, o plano comporta a construção e revitalização de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, além de reformas na malha energética e expansão da banda larga para áreas rurais (LONG, 2021a).

No âmbito do ARP, a política do EPI foi ampliada para até U\$1.400 por adulto, estendendo o pagamento para dependentes, incluindo adultos elegíveis. O benefício manteve o caráter temporário e de parcela única (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2021a). Além disso, outra medida do plano de recuperação americana estendeu o Crédito do Imposto de Renda Ganha (*Earned Income Tax Credit*) em até U\$1.000 para 17 milhões de trabalhadores. Ele se destina, principalmente, aos trabalhadores na linha de frente da crise pandémica (THE WHITE HOUSE, 2021a).

O ARP também foi responsável por ampliar medidas de proteção social, a exemplo do *Child Tax Credit*, uma espécie de salário família, aumentando o valor do benefício de U\$2.000 para U\$3.000 (U\$3.600 no caso de crianças até 6 anos) e expandindo-o para crianças menores de 18 anos. Anteriormente, o benefício era concedido apenas para crianças menores de 17 anos. O ARP tornou-o totalmente reembolsável, possibilitando que famílias de baixa renda recebam o benefício total do crédito (THE WHITE HOUSE, 2021b).

Os contribuintes qualificados têm o direito de receber parte do pagamento estimado para 2021 adiantado em parcelas mensais de 300 dólares por crianças de até 6 anos, e de 250 dólares por menores de 18 anos. Assim, não precisarão esperar a declaração de impostos de

2022 para receber o benefício (INTERNAL REVENUE SERVICE, 2021a). O governo estima que famílias de mais de 66 milhões de crianças se beneficiarão do crédito (THE WHITE HOUSE, 2021a). Entre julho e dezembro de 2021, foram pagos quase U\$93 bilhões às famílias (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2021e).

Na mesma linha, o ARP ampliou a cobertura do *Child and Dependent Care Credit*, que permite abater do imposto de renda gastos com cuidados de crianças de até 13 anos e de dependentes, incluindo despesas como creches, babás e enfermeiras, sob o critério do pagamento ao cuidado ser devido ao fato de o responsável poder trabalhar ou procurar trabalho (BENEFITS.GOV, 2021). O ARP também aumentou o valor do benefício temporariamente para até U\$2.000 por pessoa qualificada, até o limite de U\$8.000 no caso de duas ou mais. Além disso, tornou este benefício potencialmente reembolsável, impondo requisitos de renda e habitação para isto (INTERNAL REVENUE SERVICE, 2021b).

O ARP estendeu o aumento de 15% nos benefícios do SNAP até setembro de 2021, oferecendo cerca de U\$28 mensais a mais por pessoa. O governo estima que a extensão deste programa gerou U\$3,5 bilhões em benefícios diretos, compreendendo mais de 41 milhões de pessoas em vulnerabilidade. Além disso, expandiu o financiamento do Programa de Nutrição Suplementar Especial para Mulheres, Bebês e Crianças (WIC) para quase U\$900 milhões. Ele atende mais de 6,2 milhões de mulheres de baixa renda, grávidas, puérperas e lactantes, bebês e crianças de até 5 anos de idade em risco nutricional. Com o suplemento fornecido pelo ARP, o impacto do WIC passou de U\$9 mensais para U\$35 até setembro de 2021. Já o P-EBT, por sua vez, foi estendido pela Lei de Apropriações Consolidadas 2021, e pelo ARP, que ampliou o prazo para todo o período pandêmico, incluindo as férias (FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2021a; 2021b; 2021c).

O ARP estendeu os benefícios do seguro-desemprego implementados pelo *CARES Act* e sua elegibilidade até 6 de setembro de 2021. O ARP também expandiu o PUA para trabalhadores autônomos e *gig workers*, automatizou pagamentos adicionais de 300 dólares por semana para todos os qualificados a benefícios de desemprego e promoveu uma extensão para pessoas que já recebem seguro-desemprego (THE WHITE HOUSE, 2021a).

Liberaram-se créditos fiscais adicionais do benefício da licença remunerada, que foram estendidos até setembro de 2021 pelo ARP. Ao mesmo tempo, o ARP ampliou a cobertura do benefício para licenças de longo prazo relacionadas à Covid-19 e aumentou o

período da licença emergencial e da licença familiar elegíveis para reembolso. Porém, em todos os casos, os empregadores do setor privado não eram obrigados a aderir ao programa. Outra restrição está em excluir do benefício as pequenas (menos de 50) e grandes (mais de 500 funcionários) empresas (ROMIG; BRYANT, 2021).

No que concerne às políticas habitacionais, a Assistência Emergencial aos Aluguéis (ERA), política federal iniciada em dezembro de 2020 e estendida pelo ARP para 2021, disponibiliza auxílio para qualquer inquilino que esteja com dificuldade financeira. O programa cobre os custos do aluguel, energia e serviços públicos – eletricidade, gás, água, esgoto e remoção de lixo. Na primeira parte do programa (ERA 1), foram disponibilizados U\$25 bilhões, dos quais mais de U\$14 bilhões já foram gastos (NATIONAL LOW INCOME HOUSING COALITION, 2021c). Na segunda etapa (ERA 2) sob o ARP liberaram-se U\$21,5 bilhões dos quais quase U\$3 bilhões já foram gastos. O governo registrou mais de 2,5 milhões de pagamentos pelo programa até outubro de 2021 (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2021b; 2021d).

Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia

Na Europa, o Plano de Recuperação Econômica, *NextGenerationEU*, foi implementado em 2020 em todos os países membros da Comissão Europeia como o maior montante de estímulos já financiado no continente. Trata-se de um fundo de empréstimos e subvenções no valor de €806,9 bilhões voltado à reparação dos danos econômicos e sociais causados pela pandemia de coronavírus (COMISSÃO EUROPEIA, 2020). Na Espanha, esses recursos são destinados ao *Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia*, o qual é dividido segundo os eixos transição ecológica; transformação digital; coesão social e territorial e igualdade de gênero. Esses eixos, por sua vez, organizam-se em 10 políticas e 30 componentes³.

Através do Plano de Recuperação, o governo espanhol espera recuperar a economia a níveis pré Covid por volta do final de 2022, além de gerar mais 800.000 novos empregos

³ Disponível em: <https://plandereduceracion.gob.es/politicas-y-componentes>.

através de um marco normativo que possibilite o crescimento sustentável, assim como a transformação digital, incentivos à participação paritária de mulheres no mercado de trabalho, enfrentamento das mudanças climáticas e a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Para o ano de 2021, está previsto o valor de aproximadamente 19 bilhões de euros. Desses, 9 bilhões foram transferidos em agosto, como pré-financiamento, e a primeira parcela, de 10 bilhões, foi transferida em dezembro, após autorização da Comissão. Serão 8 parcelas transferidas ao país até 2026, totalizando 69,5 bilhões de euros (MESA DE DIÁLOGO SOBRE EL PLAN DE RECUPERACIÓN, 2021). Até o final de 2021, foram pagos 11 bilhões de euros (45%) às Comunidades Autônomas (LA COMISIÓN EUROPEA, 2021). As principais áreas beneficiadas foram “Competencias digitales” (3,593 bilhões), “Formación profesional” (2,075 bilhões), “Modernización del Mercado de trabajo” (2,065 bilhões), “Modernización del sistema educativo” (1,646 bilhões) e “otros ámbitos” (210 milhões) (MESA DE DIÁLOGO SOBRE EL PLAN DE RECUPERACIÓN, 2021).

Desenvolvimento e proteção social

As tentativas de formular uma espécie de novo contrato social direcionam o debate para a atuação de caráter fiscal a partir da liberação de novos investimentos em áreas prioritárias, como forma de atingir o núcleo social do problema. Os programas de estímulo econômico, assim como a revitalização da infraestrutura convergem para o desenvolvimento social, possibilitam a criação de novos empregos, asseguram uma rede de proteção social, e melhoram a qualidade de vida. Esta subseção tratará dos planos de desenvolvimento e proteção social a longo prazo nos EUA e na Espanha, durante a pandemia da Covid-19.

Reconciliation Bill: o plano de infraestrutura social

Nos Estados Unidos, um pacote visando o desenvolvimento do bem-estar social de longo prazo foi condensado na *Reconciliation Bill*, e pode ser dividido em medidas de combate às mudanças climáticas, benefícios para famílias, saúde pública, reforma tributária e outros investimentos relacionados à equidade (ROMM *et al.*, 2021). Esta legislação combina

propostas presentes no *American Families Plan* e no *Jobs Plan*, além de expandir outras temporariamente em voga pelo ARP (SCHOLTES *et al.*, 2021).

A *Reconciliation Bill*, ao contrário do padrão do parlamento estadunidense, necessita de maioria simples. Isso facilita a aprovação da lei, uma vez que os democratas contam com a maioria nas duas casas do Congresso. Por isso, negociou-se atrelar a *Reconciliation Bill* ao plano bipartidário de infraestrutura física para garantir sua aprovação no congresso.

Em relação ao combate às mudanças climáticas, a legislação abarca incentivos fiscais para empresas e consumidores na instalação de painéis solares, reduzindo o custo de instalação em cerca de 30% e o período de retorno em cerca de 5 anos. Haveria créditos fiscais para carros elétricos, o que poderia reduzir o custo do veículo em até U\$12.500. Da mesma forma, o plano abarca incentivos financeiros para que turbinas eólicas e outros equipamentos de energia limpa sejam construídos no mercado interno e em fábricas sindicalizadas (ROMM *et al.*, 2021). No total, as medidas relacionadas à energia limpa e investimento climáticos totalizavam U\$555 bilhões, que representa o maior investimento nesta área já realizado no país. Até 2030, haveria uma redução em 50-52% nas emissões de gases de efeito estufa em comparação aos níveis de 2005 (THE WHITE HOUSE, 2021c).

Dentre as medidas destinadas às famílias, parte delas teria ampliação do financiamento e cobertura, como regidos pelo ARP, estendidos. É o caso do *Child Tax Credit* que seria prolongado para 2022 e convertido permanentemente em um benefício reembolsável. Da mesma forma, o *Earned Income Tax Credit* seria ampliado para mais de U\$1.100, beneficiando 17 milhões de trabalhadores de baixa renda. Outra medida é a expansão da merenda escolar gratuita para 8,9 milhões de crianças durante o ano letivo, e o benefício mensal de U\$65 por criança, permitindo às famílias de 30 milhões de crianças adquirir alimentos durante o verão (THE WHITE HOUSE, 2021c).

A universalização do ensino infantil para crianças de 3 e 4 anos também faz parte das políticas da *Reconciliation*, e seria a maior expansão gratuita de ensino em um século, desde a instituição do ensino médio público. O governo estipula que esta estrutura de financiamento abarque 9 em cada 10 famílias com crianças pequenas e compreenda uma economia de mais de U\$5.000 anuais para uma família biparental com um filho. Ademais, a proposta inclui uma ampliação do *Pell Grant* - um sistema de subsídio para custear o ensino superior - em U\$550, atingindo mais de 5 milhões de estudantes (THE WHITE HOUSE, 2021c).

No âmbito da saúde, haveria uma extensão dos prêmios de subsídios concedidos pelo ARP até 2025 para quem utiliza o *Affordable Care Act* (ACA), atingindo mais de 9 milhões de indivíduos. Ademais, permitiria à população de baixa renda, nos estados onde o *Medicaid* não foi expandido, adquirir planos de saúde através do ACA sem arcar com um prêmio mensal. O *Medicare* seria expandido para incluir serviços auditivos para idosos (ROMM *et al.*, 2021; THE WHITE HOUSE, 2021c).

Seriam destinados U\$150 bilhões para as medidas de construção, reabilitação e melhoria para mais de 1 milhão de habitações, além de assistência a aluguéis, por meio da expansão de vouchers, e à compra de imóveis próprios (THE WHITE HOUSE, 2021c).

Como parte das propostas para seu autofinanciamento e para redução de desigualdades, a reforma tributária seria central. De acordo com o plano, ninguém que ganhe menos de U\$400.000 anuais pagaria mais impostos, enquanto que aqueles que auferem mais de U\$10 milhões incorreriam em uma nova alíquota de 5%, com a sobretaxa adicional de 3% sobre a renda acima de U\$25 milhões. Além disso, impõe um imposto global mínimo de 15% sobre grandes corporações, um novo imposto para a recompra de ações e investe cerca de U\$400 bilhões para apurar fraudes fiscais (ROMM *et al.*, 2021).

Dentre os investimentos relacionados à equidade estão um programa de parceria rural para financiar projetos nas comunidades, investimentos na saúde materna, em pequenos negócios e em ações contra a violência. Todas as medidas deste âmbito totalizam U\$90 bilhões. Dentro do escopo desta legislação ainda se encontram U\$100 bilhões destinados à reforma nas leis de imigração com o intuito de reduzir atrasos, expandir a representação legal e tornar o sistema mais humano e eficiente (THE WHITE HOUSE, 2021c).

A *Reconciliation Bill* teve seu escopo reduzido várias vezes (inicialmente U\$6 trilhões), chegou à casa dos U\$3,5 trilhões, sendo reduzida pela metade nas últimas negociações (um patamar de U\$1,75 trilhões) (STEIN ET AL., 2021).

Espanha

Na Espanha, políticas de conjugação de desenvolvimento social e econômico já vinham sendo planejadas ou implementadas antes da pandemia, como elevação do salário mínimo, da fiscalização e promessa da revogação da reforma trabalhista de 2012.

Em 2021, muitas políticas de emergência implementadas no início da pandemia foram prorrogadas ou tornadas permanentes. Houve prorrogação das medidas contra despejos em lares vulneráveis até 28 de fevereiro, pelo Real Decreto-Ley 21/2021. Outro exemplo foi a aprovação definitiva da *Ley del Ingreso Mínimo Vital*, em 20 de dezembro de 2021. Durante sua tramitação, a lei foi alterada, a exemplo da adição de um complemento mensal de ajuda à infância. Por cada criança que integra os lares que cumprem os requisitos, serão fornecidos entre 50 e 100 euros mensais a depender da idade do menor (MINISTERIO DE INCLUSIÓN, SEGURIDAD SOCIAL Y MIGRACIONES, 2021). O SMV, além disso, sofrerá um reajuste de 3% em 2022 (SEGURIDAD SOCIAL, 2021).

O Plano espanhol de recuperação tem como um de seus objetivos promover "*Nuevas políticas públicas para un mercado de trabajo dinámico, resiliente e inclusivo*" (GOBIERNO DE ESPAÑA, 2021, p. 10). As primeiras mudanças foram adotadas através do Real Decreto Ley 28/2020 e 29/2020, sobre trabalho a distância; Real Decreto 902/2020, sobre medidas de combate à desigualdade de gênero e Real Decreto ley 9/2021, popularmente conhecido como Ley Rider.

A Ley 10/2021, que versa sobre o trabalho a distância, substituiu o Real Decreto-ley 28/2020. Além de direito a abono e compensação de gastos, ela aborda a necessidade de atenção aos fatores psicossociais, ergonômicos e organizativos, distribuição da jornada, garantia de descansos e direito à desconexão. Há exigência de acordos de trabalho por escrito e ênfase às negociações coletivas nessa modalidade de trabalho.

O mercado de trabalho espanhol é marcado pela precariedade. Dentre as muitas investigações sobre o problema, vale citar o *Índice de Precariedad Laboral Global* e o *Índice de Precariedad Asalariada Multidimensional*. Quase a metade (49,5%) da força de trabalho ampliada está em uma das três categorias de precariedade global: ou são assalariados precários, ou desempregados ou desalentados (CCOO, 2021).

Os incrementos no salário mínimo ocorridos a partir de 2019, assim, amenizam a precariedade salarial. No referido ano, houve aumento de 22%, coincidindo com uma significativa redução da *precaridad asalariada multidimensional* (CCOO, 2021). Em 2021, o salário mínimo atingiu 965 euros mensais (ESPAÑA, 2021g).

O grande uso do trabalho temporário (temporalidade) é também fenômeno característico do mercado de trabalho espanhol. A instabilidade é uma das dimensões que compõem a *Precaridad Asalariada Multidimensional* e o contrato temporal é o principal indicador de instabilidade (CCOO, 2021). A Espanha tem a segunda maior taxa de temporalidade da União Europeia, afetando um em cada quatro trabalhadores assalariados (26,02%)(INE, 2021). As flutuações do emprego são reflexo da crescente efemeridade das relações laborais; se, em 2006, a duração média dos contratos era de 80 dias, em 2019 foi significativamente reduzido até os 50 dias (USO, 2020).

Diante desse cenário, antes da pandemia já haviam sido elaboradas medidas com o objetivo de combater a precariedade e a temporalidade no país. O *Plan Director por un Trabajo Digno 2018-2019-2020*, precedente à pandemia, já previa 75 medidas para coibir os abusos e a precariedade laboral (ESPANHA, 2018). Em sua primeira edição, foram detectadas 80.529 situações de fraude, das quais, 76,3% foram regularizadas pela Inspeção (GÓMEZ, 2021). E em 2021, em sua segunda edição, mais de 267.000 contratos temporais irregulares foram convertidos (OLÍAS, 2021).

Ele foi sucedido pelo *Plan Estratégico de la Inspección de Trabajo y la Seguridad Social 2021-2023*, cujo objetivo é modernizar a estrutura da fiscalização, incluindo o uso de Big Data. O Plano prevê o reforço da intervenção da *Inspección de Trabajo* nas demissões coletivas, nas suspensões de contratos e nas modificações substanciais de condições de trabalho, assim como descumprimento de convênios coletivos (SECRETARÍA DE ESTADO DE EMPLEO Y ECONOMÍA SOCIAL, 2021).

Na administração pública, foi elaborada a Ley de Interinos, como ficou conhecida a Ley 20/2021 de 28 de dezembro, com o objetivo de coibir a temporalidade no setor. Ela estabelece como meta a estabilização de 300.000 cargos até o final de 2024 e a redução da temporalidade a percentuais inferiores a 8% (ESPANHA, 2021c). Atualmente, a administração pública é um dos focos de temporalidade, que atinge 31,6% dos trabalhadores no terceiro trimestre de 2021 (INE, 2021).

A lei entrou em vigor em 30 de dezembro e prevê a estabilização excepcional dos postos de trabalho com contrato temporal ocupados de forma ininterrupta desde primeiro de janeiro de 2016 mediante concurso de méritos sem oposição. No caso dos trabalhadores com experiência similar, haverá um processo de concurso e oposição para que haja

estabilização. Para aqueles não aprovados no processo seletivo de estabilização será fornecida uma compensação financeira de 20 dias de retribuições fixas por ano de serviço. A norma estabelece um prazo máximo de três anos de duração para a nomeação de trabalhador interino em caso de vacância. Após esse período, o contrato do interino, a vaga deve ser ocupada por um funcionário de carreira (ESPANHA, 2021c). O combate à temporalidade no conjunto do mercado de trabalho é, inclusive, um eixo da reforma trabalhista prometida pelo governo.

Em suma, diferentemente do que vem sendo observado nos Estados Unidos em relação à *Reconciliation Bill* e seu gradativo esvaziamento, na Espanha as políticas emergenciais implementadas no início de pandemia não só foram incrementadas e prorrogadas, como também estão sendo sucedidas por novas medidas de proteção social e proteção do emprego.

Políticas públicas, disputas sociais e mercado de trabalho

Nesta sessão, a análise da “volta” do Estado nos EUA e na Espanha se divide assim: 4.1) o impacto da pandemia no mercado de trabalho e nas disputas distributivas; 4.2) a reação empresarial e a inflação; e 4.3) uma oportunidade perdida frente à inflexão da “volta” do estado?

Pandemia, emprego e disputas distributivas

Esta subseção tratará do impacto das políticas públicas nos EUA e na Espanha sobre o mercado de trabalho e as disputas distributivas durante a pandemia.

Reaquecimento do mercado de trabalho e das lutas sociais nos EUA

Nas últimas quatro décadas, o poder de barganha dos trabalhadores diminuiu consideravelmente nos Estados Unidos. Uma das razões para isso é a queda da proporção de sindicalizados a partir do final dos anos 70, reduzindo-se a mais do que pela metade em 2018. Na média, trabalhadores sindicalizados auferem 13,2% a mais do que seus colegas não sindicalizados com similar escolaridade, ocupação e experiência.

Segundo o Economic Policy Institute (2021a; 2021b), nessas décadas, as políticas de austeridade promoveram elevação do desemprego/subemprego, a regulação protetiva do trabalho foi reduzida, a taxa sobre os mais ricos diminuiu, e regulações financeiras e antitruste foram fragilizadas. Não por acaso, a concentração de renda piorou. Em 2021, os 10% mais ricos auferem quase metade de toda a renda nos Estados Unidos. Ainda de acordo com o Economic Policy Institute, a deterioração da barganha coletiva é o segundo fator principal da estagnação dos salários e aumento das desigualdades salariais nas últimas 4 décadas, ficando atrás apenas do desemprego. O salário mínimo federal está estagnado há mais de uma década, mesmo com produtividade ascendente em todos os setores, crescendo 61,8%, nas últimas 4 décadas. Enquanto isso, a compensação de trabalhadores não supervisores subiu apenas 17,5%.

Com a pandemia, novas políticas públicas deram à população uma rede de benefícios para enfrentar a crise, elevando o poder de barganha dos trabalhadores. Desde abril de 2021, os pedidos de demissão têm sido abundantes. Parte dos trabalhadores optou por adiantar a aposentadoria, parte por procurar melhores ocupações, ou mesmo saiu da força de trabalho. Os trabalhadores estariam mais cautelosos em aceitar ocupações precárias, prospectando mudar para setores com melhores remunerações ou melhor qualidade de vida. Esse fenômeno tem sido denominado de a grande resignação/reavaliação da força de trabalho. Alguns apontam para uma profunda reavaliação dentro do mercado de trabalho estadunidense, que poderia ir além de uma mudança conjuntural (LONG, 2021b).

Apesar das quedas na taxa de desemprego durante 2021, o nível da ocupação não atingiu os patamares pré-pandêmicos. Segundo dados do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), a força de trabalho cresceu cerca de 1,84 milhão entre fevereiro e novembro de 2021. Contudo, a taxa de participação (61,8%) continuou abaixo do nível pré-pandemia, com déficit de cerca de 2,39 milhões de trabalhadores em comparação a fevereiro de 2020.

Além disso, no conjunto da economia, a proporção do nível de desocupação em relação ao número de postos abertos é a menor (65,11% em novembro de 2021) do século 21. Isto indica menos trabalhadores à procura de ocupação para a quantidade de vagas disponíveis. A taxa de postos abertos no total do setor não agrícola em relação à força de trabalho chegou ao pico de 7% em julho e outubro de 2021, refletindo um descompasso entre demanda e oferta de trabalho.

O fato de os trabalhadores terem acesso a uma rede de benefícios sociais parece permitir-lhes permanecer temporariamente em desocupação ou deixarem seus empregos, e dar-lhes a chance de mudar para ocupações e setores com melhores condições laborais (BUNKER, 2021). Dados do BLS demonstram como os trabalhadores que mudam de emprego quase sempre ganham aumentos em sua remuneração em relação àqueles que permanecem no mesmo empregador. Entretanto, esta lacuna se expandiu agora para o ponto mais amplo em mais de duas décadas. Os que mudaram de emprego obtiveram um aumento típico de remuneração hora de cerca de 5,4% em relação ao ano anterior, enquanto que os que permaneceram com o mesmo empregador viram esse aumento no patamar de apenas 3,5% (FOWERS *et al.*, 2021). Essa é a potência da resistência individual da força de trabalho.

Essa mudança de postura dos trabalhadores, combinada com o incremento da demanda em diversos setores, ajuda a explicar o incremento dos rendimentos médios nominais. Na indústria de lazer e hospitalidade, a reavaliação/resignação da força de trabalho parece ter contribuído para o aumento médio dos salários nominais. Segundo o BLS, a remuneração hora média no setor chegou a quase US\$17 em dezembro de 2021. Apesar de habitualmente ter uma das maiores taxas de demissão no país, o setor alcançou seu pico (6,4%) em novembro de 2021. No total do setor privado, um recorde de cerca de 4,3 milhões de pessoas pediram demissão em novembro, ou 2,66% da força de trabalho. Já no acumulado anual em todos os setores não agrícolas, até novembro de 2021, ocorreu outro recorde com mais de 43 milhões de pedidos de demissão (em 2020, foram cerca de 32,9 milhões).

Nessa conjuntura, a ação coletiva dos trabalhadores se intensificou no país, com a eclosão de inúmeras greves. Por exemplo, os pedidos de demissão coletiva se tornaram comuns, especialmente em redes de restaurantes e lanchonetes (JAFFE, 2021). Segundo o banco de dados *PayDay Report* (2021), entre março de 2020 e dezembro de 2021, ocorreram mais de 1.350 greves no país.

Dentre muitas mobilizações, é possível destacar o movimento dos 1.400 trabalhadores da Kellogg, que durou 11 semanas, em quatro estados, contra um sistema de contratos de dois níveis criado pela empresa (NEUMAN, 2021). A Kellogg chegou a entrar com uma ação contra o sindicato de Omaha (Nebraska), alegando que os trabalhadores em greve estariam bloqueando a entrada da fábrica (FUNK, 2021). Para encerrar a paralisação,

firmou-se um acordo que inclui aumento de remuneração progressivo, ampliação do plano de saúde e dos planos de pensão (KELLOGG'S, 2021), substituição gradual dos dois níveis de contrato, além do não fechamento das fábricas até outubro de 2026 (RODRIGUEZ, 2021).

Outra greve relevante ocorreu na John Deere, em Iowa e Illinois, envolvendo 10 mil trabalhadores e durou 5 semanas (HELSEL, 2021). No período das mobilizações, a empresa acionou a justiça contra os piquetes e conseguiu uma decisão proibindo que os trabalhadores usassem cadeiras para sentar. A greve conseguiu um aumento salarial de 10%, manteve o programa de aposentadorias para os futuros trabalhadores, aumentou o pagamento aos aposentados e preservou o mesmo sistema de saúde (JETT, 2021a; 2021b; 2021c).

A simpatia da população estadunidense aos sindicatos é crescente, inclusive pelo lado dos eleitores de Trump. Segundo pesquisa da Gallup, o índice de aprovação é de 68%, o maior desde 1965 (BRENAN, 2021). De acordo com More Perfect Union (2021b), o maior apoio aos sindicatos advém dos trabalhadores de classe mais baixa e com menor escolaridade. Além disso, a maioria (52%) daqueles de baixa renda são mais propensos a apoiar greves. Enquanto 60% com menos do que o ensino médio afirmou querer a representação de um sindicato. No mesmo sentido, segundo pesquisa realizada pela American Compass (2021), a maioria dos eleitores independentes são pelo menos um pouco favoráveis aos sindicatos. Dentre os republicanos, esta parcela chega a quase 40%, indicativo de que, no geral, a população apoia a instituição sindical.

Mercado de trabalho reaquecido na Espanha

Diferentemente dos Estados Unidos, na Espanha algumas mudanças na proteção social foram planejadas antes mesmo da pandemia e, com a irrupção desta, foram intensificadas. As políticas públicas implementadas têm sido essenciais na recuperação, em tempo recorde, dos impactos da crise (CAIXABANK, 2021).

Esse processo de recuperação pode ser evidenciado, por exemplo, pela sucessiva queda do desemprego desde fevereiro de 2021. A população ocupada tem crescido em termos absolutos desde o segundo semestre de 2020. A retomada do consumo privado é indicada por dados do primeiro semestre de 2021, crescendo com vigor desde março. A

expectativa de crescimento do consumo privado para 2021 situa-se em 6,1% (BBVA RESEARCH, 2021).

Nessa recuperação, o ERTE pode ter tido papel importante para proteção social e do consumo. Segundo pesquisa realizada pelo Caixabank (2021), as prestações de seguro desemprego amorteceram o aumento da desigualdade salarial em 80% durante os meses de abril e maio de 2020 - os mais duros da pandemia. Mesmo em 2021, entre abril e julho, os investimentos públicos compensaram em torno de 56% do aumento da desigualdade salarial.

A Lei Rider, dos entregadores de aplicativos, e a reforma laboral podem se concretizar como conquistas para o mundo do trabalho. Obtidas através de lutas sociais e intensas negociações, elas podem ser marcos na postura do Estado na regulação do trabalho.

Ley Rider

Quanto aos entregadores das empresas que se identificam como plataformas, em setembro de 2020, o Tribunal Supremo espanhol reconheceu o vínculo de emprego entre a Glovo e um de seus entregadores. Essa decisão foi fundamental para a Ley Rider (Real Decreto-ley 9/2021), que presume o vínculo empregatício nas atividades de entrega de qualquer tipo de mercadoria quando a empresa realiza gestão do serviço ou das condições de trabalho por meio de plataforma digital. Ademais, a Ley Rider garante à representação dos trabalhadores o direito a ser informada dos parâmetros, regras e instruções que embasam os algoritmos e afetam as condições de trabalho, acesso e manutenção do emprego.

Em vigor desde agosto de 2021, a *ley rider* tem enfrentado três tipos de reação: há “plataformas” que 1) tentam manter trabalhadores como se fossem autônomos; 2) buscam se adaptar à lei, mas terceirizam a contratação; e 3) regularizaram seu modelo de contratação.

A Glovo encontra-se no primeiro cenário, desafiando abertamente a *ley rider*. Ela manteve parte de seus entregadores como autônomos. Para tanto, alegou que daria aos *riders* liberdade de fixação de preços e discricionariedade na escolha dos horários de trabalho. As centrais CCOO e UGT denunciaram a ilegalidade do modelo de falsos *autônomos* à *Inspección de Trabajo*, além de deflagrar uma série de greves entre os entregadores que

trabalham para os supermercados (JIMÉNEZ; MONGE, 2021; FIGULS, 2021). Em novembro de 2021, a “plataforma” foi sentenciada pela *Inspección de Trabajo* de Sevilha a uma multa de mais de 8,5 milhões de euros em função da não regularização do contrato de 1.316 empregados, além de determinar a existência da relação laboral (PÉREZ, 2021). Nesse sentido, outros processos estão tramitando contra a Glovo em Barcelona e em Madri com multas que, conjuntamente, podem alcançar o valor de €50 milhões (MÉNDEZ, 2021).

Já a Just Eat, depois de longa negociação, assinou com a CCOO e a UGT o primeiro acordo coletivo de entrega em domicílio com uma plataforma (AGENCIAS, 2021). A CCOO afirma que o acordo busca erradicar a imagem de precariedade que prevalece no setor de entrega em domicílio. Além de base salarial, o convênio garante uma jornada definida, com direito à desconexão e condições de segurança e saúde laboral. Ainda segundo o sindicato, ele entrará em vigor em janeiro de 2022 (BERGARECHE, 2021).

Após a entrada em vigor da *ley rider*, quatro novas empresas de entrega chegaram ao mercado espanhol, operando em conformidade com a *ley rider* (FIGULS; GALINDO, 2021). O ingresso dessas empresas na Espanha, formalizando seus entregadores, demonstra que admitir o vínculo não inviabiliza os negócios. Até o momento, o cumprimento da *ley rider* não é uniforme, no entanto, é possível ter otimismo quanto a sua coercitividade e à mobilização dos entregadores e sindicatos em prol de sua proteção.

Reforma laboral

Após cerca de nove meses de negociações, a reforma laboral, prometida pelo governo na campanha eleitoral de 2019, foi publicada em dezembro de 2021. É a primeira reforma trabalhista com aval de governo, sindicatos e representantes patronais.

Seu objetivo principal é acabar com a temporalidade do mercado de trabalho espanhol, limitando a realização dos contratos temporais a apenas duas circunstâncias: “estrutural” e em substituição de outro trabalhador. A modalidade “estrutural” ocorre por circunstâncias de produção, ou seja, tanto por incrementos imprevisíveis, quanto em situações periódicas, como o Natal. Neste último caso, no entanto, tem seu uso limitado a 90 dias por ano, diferindo do prazo máximo de seis meses - pode ser até um ano a depender de

regulação em convênio coletivo - das demais contratações da modalidade (ESPANHA, 2021e).

Os contratos por tempo indefinido fixos-descontínuos são a alternativa aos contratos temporais anteriormente utilizados pelos trabalhadores que pertencem a setores de natureza estacional, de temporada ou de prestação intermitente. A modalidade de contrato “por obra e serviço”, predominantemente utilizada na construção civil, é extinta a partir de setembro de 2022, devendo ser substituída pela contratação por tempo indefinido (ESPANHA, 2021e).

A repressão às contratações temporárias fraudulentas também é prevista na reforma. Com a nova legislação, as sanções serão individualizadas e podem chegar a €10.000 por trabalhador (ESPANHA, 2021e), contrastando com o modelo anterior, no qual a empresa recebia uma única multa independentemente do número de fraudes registradas.

A presente reforma destaca-se pela pretensão de reequilibrar as negociações coletivas. Nesse sentido, é eliminada a limitação de um ano de ultratividade dos convênios coletivos. Assim, a vigência dos acordos coletivos é estendida até que seja firmado um novo acordo. Os convênios de atividade, ademais, adquirem prevalência sobre os convênios de empresa, de forma que estes não podem pactuar salários inferiores aos daqueles. Isso se aplica, também, às empresas de terceirização de serviço em múltiplas atividades, cujos trabalhadores devem ser remunerados conforme norma coletiva (ESPANHA, 2021e).

Por outro lado, em aceno à demanda empresarial, a norma facilita o uso do ERTE como alternativa à extinção de contratos, introduzindo uma política permanente chamada Mecanismo RED, que permite que as empresas solicitem medidas de redução de jornada e suspensão dos contratos de trabalho enquanto os trabalhadores contemplados receberão medidas de proteção social similares às prestações por desemprego (ESPANHA, 2021e).

A reforma é criticada por ser “insuficiente”, uma vez que deixa de fora aspectos como prevalência dos convênios coletivos provinciais, indenização por dispensa sem justa causa e necessidade de autorização da autoridade laboral nas dispensas coletivas. Em função disso, partidos de esquerda declararam conjuntamente que iriam votar contra a convalidação do presente texto do acordo (ESQUERRA REPUBLICANA *et al*, 2022).

A despeito de não ter cumprido a promessa de revogação total da reforma de 2012, a norma foi convalidada pelo Congresso dos Deputados por apenas um voto (de um deputado do PP, supostamente por erro na digitação). Em que pese seus limites, ela retoma direitos importantes e pode ajudar a reestabelecer os parâmetros dos debates internacionais.

Reação empresarial e inflação

Muito se advoga a respeito do efeito da expansão do gasto público no índice inflacionário. A inflação mundial apresentou picos durante a segunda metade de 2022, ainda que as economias não tenham se recuperado totalmente do *lockdown*. Esta subseção tratará da reação empresarial aos investimentos públicos e aumentos saláris realizados durante a pandemia, enfatizando o caráter necessariamente distributivo da inflação.

Inflação nos Estados Unidos

Na conjuntura de 2021, dados do BLS demonstram que a população tem encontrado aumento dos preços principalmente para energia (33,5%), carros usados (31,4%), carros novos (10,9%), alimentos (5,8%), abrigo (3,9%) em termos da variação anual para o mês de novembro. Em particular, os serviços de energia domésticos subiram 12,2% na variação percentual em 12 meses, o maior índice em 15 anos, e a eletricidade apresentou um aumento de 6,5%. Ademais, a inflação geral, em novembro de 2021, subiu 6,9% em comparação com o ano anterior, representando a maior taxa em quase quatro décadas⁴.

As forças empresariais têm associado a inflação a uma suposta falta de trabalhadores e elevação dos salários. Por exemplo, a ex-secretária de transportes do governo Trump, Elaine Chao, declarou em rede nacional que os trabalhadores precisam retornar aos seus empregos. Segundo ela, constitui-se dever patriótico deles retornar e ajudar a economia, porque esta ausência está engendrando a crise das cadeias produtivas e causando pressão inflacionária nos produtos (REED, 2021).

⁴ O último pico inflacionário nos EUA ocorreu entre 1979-1982 segundo o índice *Consumer Price Index for All Urban Consumers* do BLS na variação percentual em 12 meses

A “crise de oferta da mão de obra” foi usada como justificativa para uma legislação no estado de Wisconsin que permite aos adolescentes de 14 e 15 anos trabalharem até às 23 horas (DEAN, 2021). Na mesma linha, uma franquia da rede McDonald's em Oregon anunciou a contratação de adolescentes de 14 e 15 anos, devido à suposta escassez de trabalhadores para preencher as vagas (MEISENZAHN, 2021).

Neste contexto, trabalhadores de uma unidade da Starbucks no estado de Nova Iorque formaram o primeiro sindicato de toda a rede e impulsionaram mobilizações em mais de 50 lojas da rede ao redor do país (EIDELSON; KULLGREN, 2021; OLEN, 2022). Durante o processo, a empresa abertamente divulgou propagandas antissindicalistas, enviou representantes corporativos de outros estados para monitorar os trabalhadores e ameaçou fechar as instalações (SCHEIBER, 2021). Há outras iniciativas dos trabalhadores, como na Amazon e na Dollar General, que também sofrem fortes retaliações das empresas (SELYUKH, 2021; MORE PERFECT UNION, 2021a; GURLEY, 2021). Cerca de 17.000 trabalhadores da BNSF foram judicialmente impedidos de entrar em greve por melhores condições de trabalho, tendo suas reivindicações enquadradas como minoritárias em relação ao impacto da mobilização sobre a cadeia produtiva (HAMPTON, 2022).

Há indicadores de que, ao contrário do que o discurso conservador, a principal causa do aumento inflacionário não está na subida dos salários (STRAUSS, 2021). A crise das cadeias produtivas, dependentes das exportações chinesas e de monopólios de fornecedores é a parece ser a principal responsável pela elevação dos preços. Juntamente a isso, os efeitos das mudanças climáticas, como as secas nos campos de milho, afetam igualmente o preço da carne, um produto com um dos maiores aumentos (KELLOWAY, 2022). O crescimento dos preços de energia também tem cumprido papel importante na inflação. O país é dependente dos combustíveis fósseis e, para além disso, os custos de alimentos e produtos manufaturados são bastante influenciados pelas variações nos preços da energia (GRIM; KLIPPENSTEIN, 2021). A inflação para a gasolina, que vem puxando o aumento do indicador geral de energia no país, alcançou 58,1% na variação percentual em 12 meses, de acordo com o BLS. Aparentemente, esta subida dos preços não será temporária, e está relacionada aos efeitos da pandemia na economia, em particular nas cadeias de suprimentos. O seu impacto, no entanto, tem sido sentido pelas famílias, principalmente porque os salários estão sendo corroídos.

A concentração do poder na mão das empresas também pode explicar os aumentos inflacionários. A partir de políticas de monopólio, fixação e discriminação de preços, as corporações conseguem aumentar seus preços de venda. Considerando que o lucro das empresas depois dos impostos em 2019 foi cerca de U\$1 trilhão, e, em 2021, aumentou cerca de U\$73 mil em relação a este patamar, isto significa um aumento de U\$2.126 por habitante do país. Dessa forma, os lucros empresariais chegaram a compor 60% da taxa de inflação de 6,8% em 2021. De acordo com a análise, se os lucros mantivessem a mesma tendência de 2012-2019, a taxa de inflação em 2021 seria de 3,8% (STOLLER, 2021).

Além disso, mesmo a correlação quantitativa entre essa inflação e o crescimento dos salários é frágil. A inflação é mais alta em setores nos quais os salários subiram menos. Já para os setores como hotéis e acomodações, por exemplo, mesmo com a “escassez de mão de obra” e elevação dos salários, não houve aceleração atípica dos preços (BIVENS, 2022).

Se, no início da pandemia, a implementação de políticas públicas de auxílio social avançava para a retomada de patamares civilizatórios, no atual curso do debate, parece haver um entrave na efetivação a longo prazo destas medidas. Com a crescente pressão da demanda pelo trabalho, e a resistência dos trabalhadores em atender a este chamado, muito se tem proposto a respeito. O fim dos benefícios de seguro desemprego, por exemplo, foi palco de contundentes retóricas para estimular a retomada do crescimento do emprego. Metade dos estados encerraram o programa federal de assistência pandêmica 3 meses antes do prazo nacional, sob a justificativa de que tais pagamentos estavam desestimulando a volta à ocupação. Porém o saldo do crescimento de empregos no período não correspondeu ao montante de trabalhadores que perderam o benefício (HICKEY; COOPER, 2021).

Inflação na Espanha

Cenário semelhante vem ocorrendo na Espanha. O *índice de precios de consumo* (IPC), calculado em 6,7% em dezembro de 2021, é a maior taxa em 29 anos (INE, 2021). Esse aumento, assim como no caso norte americano, é influenciado pela crise mundial das cadeias produtivas, mas, principalmente, pela alta nos preços de combustíveis e da eletricidade. A variação interanual nos preços de combustíveis líquidos representa um crescimento de 62,7% em relação ao ano de 2020, enquanto na eletricidade é verificado um aumento de 46,7% (INE, 2021). Nesse sentido, o ano de 2021 caracteriza-se pelo sucessivo rompimento de recordes

nos preços da energia elétrica, tendo o mais recente ocorrido neste 22 de dezembro, quando se atingiu a histórica marca média de 383,67 euros por megawatt/hora (VÉLEZ, 2021).

Com o objetivo de aliviar a crise energética, o governo espanhol implementou medidas de redução de impostos sobre a eletricidade que serão mantidas até abril de 2022: redução do IVA até 10%, suspensão do imposto de 7% sobre a geração de eletricidade e limitação do imposto especial sobre eletricidade recebido pelas comunidades autônomas ao mínimo legal de 0,5% (BOE, 2021)⁵. Apesar da leve redução ocorrida em novembro de 2021, as perspectivas dos preços da luz para 2022 são negativas, com previsão de novos recordes e um preço médio de 307 euros/MWh de janeiro a março de 2022 (ALONSO e VÉLEZ, 2021).

Esse contexto é especialmente preocupante diante da chegada do inverno e considerando-se que habitação, água, eletricidade e outros combustíveis constituíram mais de 35% dos gastos nos lares espanhóis em 2020 e 30% em 2019 segundo dados da *Encuesta de Presupuestos Familiares* (INE, 2020). A inflação também é sentida nos supermercados, onde o azeite de oliva (25,5%), carne de ovelha e de cabra (15%) são os produtos que tiveram maiores aumentos. Assim, a alta dos preços repercute desproporcionalmente entre os setores mais vulneráveis da população, que sofrem com despesas essenciais como aluguel, alimentação e transporte. As *colas de hambre* tornam-se uma visão frequente no país, onde não apenas são pedidos alimentos, mas também velas e cobertores (DEL BAIRRO, 2021).

Oportunidade perdida?

Esta subseção tratará da conjuntura e das possibilidades a longo prazo para o restabelecimento de patamares civilizatórios no debate nos EUA e na Espanha.

Estados Unidos

Os pacotes de gastos sociais foram imprescindíveis para enfrentar o período pandêmico, em particular o *CARES Act*, a *FFCRA* e o *ARP*. Muito embora, boa parte da agenda

⁵ Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2021/06/24/12>

reconstruir melhor não tenha sido efetivada, ou mesmo ampliada para o longo prazo, vários programas estendidos e criados forneceram uma rede de benefícios para a população.

Segundo os dados da *Household Pulse Survey* do *Census Bureau*, após o pagamento do *Child Tax Credit* em julho de 2021, a maioria (55%) famílias de renda média usou o adiantamento do benefício com comida, roupas (26%) e gastos relacionados à escola (23%). Hamilton *et al.* (2021), aponta que 74,8% das famílias planejavam poupar o dinheiro para emergências, cerca de dois terços (66,6%) pretendiam usar com gastos de habitação, alimentação e utilidades, e 58,1% com vestuário e outros itens essenciais para as crianças.

A licença remunerada, apesar de temporária e não universal⁶, por sua vez, tocou em umas das lacunas mais elementares para um sistema de proteção social civilizatório nos EUA. Em estudo baseado nos dados de 2018 acerca do *Family and Medical Leave Act* (FMLA), Brown *et al.* (2020) apontam que dois terços dos trabalhadores que necessitavam ser afastados, não recorreram ao benefício porque não poderiam arcar com o período sem remuneração.

Segundo um relatório da National Low Income Housing Coalition (2021b), um trabalhador em tempo integral que recebe salário mínimo não tem condições de alugar um imóvel com dois quartos em nenhum estado do país. De acordo com a *Household Pulse Survey*, em dezembro de 2021, 32% dos domicílios no país encontravam-se em probabilidade de despejo ou execução hipotecária. O pico deste indicador (35,8%) ocorreu em julho de 2021, logo antes de a *Eviction moratorium* ter sido estendida.

Os movimentos de resignação da força de trabalho são recentes e ainda precisam ser analisados a fundo. Com o corte e a expiração dos principais benefícios, essa dinâmica provavelmente se tornará insustentável. De acordo com a *Indeed Hiring Lab Job Search Survey*, os principais fatores que estão retardando a urgência dos trabalhadores em procurar uma ocupação ativamente são cônjuge empregado (28,5%) e as responsabilidades de cuidado (28,4%) (BUNKER; KONKEL, 2022). Sem as políticas públicas necessárias para manter-se sem ativamente procurar uma ocupação, é difícil que esse quadro se mantenha.

⁶ cerca de dois terços dos trabalhadores do país vivem em locais sem esta proteção (NATIONAL, 2019)

Segundo o BLS, um recorde histórico de 43 milhões de trabalhadores demitiram-se entre janeiro e novembro de 2021. Contudo, também houve grande fluxo de reocupação e entrada na força de trabalho. No mesmo período, houve um saldo de pessoas que retornaram à ocupação, após terem deixado a força de trabalho, de 739 mil. Por outro lado, entre os que ficaram desempregados, 428 mil não voltaram ao mercado de trabalho. Entre fevereiro de 2020 e novembro de 2021, o número de desempregados por 27 semanas ou mais cresceu cerca de 1 milhão. Há uma recuperação do emprego, mas com sinais ambíguos, e ainda abaixo do patamar pré-pandêmico.

A reavaliação e a resignação têm contribuído para o crescimento dos salários nominais, porém, os rendimentos reais não vêm acompanhando o aumento da inflação. A maioria dos trabalhadores (57%) receberam algum aumento salarial em 2021, porém 40% afirmaram que seus ganhos foram totalmente corroídos pela inflação (WRONSKI, 2021).

Segundo o BLS, em dezembro de 2021, trabalhadores não supervisores no setor privado não agrícola auferiram, em média, 1,9% a menos do que em 2020. Todavia, para o setor de lazer e hospitalidade verifica-se uma tendência oposta com crescimento real da média de remuneração para os trabalhadores não supervisores. Nesse caso, apresentou-se um aumento anual de 7,3% em dezembro de 2021.

Com o recrudescimento das lutas de classes, há uma grande oportunidade para virar o curso do debate público, porém ela não está sendo aproveitada plenamente. Apesar da “grande reavaliação”, da eclosão de greves e do apoio populacional a elas e aos sindicatos, o momento fértil para restabelecer-se patamares dignos de um Estado de Bem Estar social tem sido desperdiçado. O plano *Build Back Better* do presidente Biden é o principal exemplo deste panorama, uma vez que, considerando o trâmite legislativo do pacote social impulsionador deste pilar, possivelmente, pouco será atingido (WEISMAN *et al.*, 2021). O plano de infraestrutura física completou seu processo legislativo, e as propostas da agenda reconstruir melhor ficaram para trás (GAMIO; PARLAPIANO, 2021). Ao que a conjuntura indica, as inúmeras possibilidades levantadas na legislação da reconciliação não serão retomadas, muito embora, elas tenham sido o carro eleitoral do presidente.

Além disso, no curso das negociações parlamentares reduziu-se não apenas o porte econômico do investimento, como também pontos principais da legislação e que figuravam como prioridades do governo. É o caso da universalização do ensino superior e da licença

remunerada. Mesmo algumas medidas cruciais que permaneceram foram modificadas de forma que sua estrutura diminuísse o impacto positivo na população, a exemplo do salário família por filho reduzido para 1 ano. Ou até piora a situação atual, como é o caso do sistema de taxaço que diminuiria para os mais ricos e do programa de assistência ao cuidado de dependentes e crianças que aumentaria os custos para as famílias de renda média nos primeiros 4 anos (ROMM *et al.*, 2021; BRUENIG, 2021; FOWERS; DUCROQUET, 2021). No geral, paira incerteza sobre o que estará de fato no pacote final, se é que ele realmente será votado (SANGER-KATZ; PARLAPIANO, 2021).

Espanha

O atual cenário espanhol sugere mudanças mais assertivas na proteção social e do trabalho com a efetivação de medidas a longo prazo. Entretanto, é preciso ressaltar que as conquistas obtidas não são estáveis.

O ano de 2021 se encerra superando recordes. O número absoluto de desempregados está em 3,1 milhões, 782.232 a menos que em 2020. Após 10 meses seguidos de queda, esse é o menor valor registrado para o mês de dezembro desde 2007, inferior, portanto, aos dados registrados antes da pandemia (SEPE, 2021). Outro recorde pode ser observado em relação ao número de afiliados à *Seguridad Social* que, assim como o número de desempregados, já superou em 574.682 afiliados os valores registrados em fevereiro de 2020. O ano de 2021 teve o maior incremento anual de cotizantes desde 2005 (mais 968.000 trabalhadores) (LA SEGURIDAD SOCIAL, 2021). A recuperação também é sentida no consumo privado; em dezembro de 2021, as compras com cartões de crédito foram 38% superiores ao mesmo período em 2019, com gastos relativos principalmente a “outros serviços”, “alimentação” e “saúde”. (BBVA, 2021b)

O orçamento planejado para 2022 indica a continuidade do projeto desempenhado em 2021, a *Ley de Presupuestos Generales del Estado* (PGE) para 2022 destinará 6 de cada 10 euros ao gasto social. É o maior teto de gastos da série histórica (196,1 bilhões de euros) e o maior gasto social (248,4 bilhões de euros), o que deve em parte ser atribuído aos recursos oriundos dos fundos europeus (27,6 bilhões de euros). Entre as medidas para este ano está um bônus para aluguel destinado aos jovens no valor de 250 euros mensais; apesar de

interessante, a medida já vem sofrendo críticas em relação às restrições de acesso, as quais, segundo o *Consejo de la Juventud de España* permitirão que apenas 1,7% dos jovens emancipados sejam beneficiados (FRESNEDA, 2022).

Diferentemente do esperado diante da recuperação, prevalece entre a população uma visão catastrófica da economia espanhola, o que não corresponde à realidade. Resultados obtidos pela pesquisa do *Centro de Investigaciones Sociológicas* em novembro de 2021 indicam que, apesar de 62% dos entrevistados avaliarem sua situação econômica pessoal como boa ou muito boa, 67% avaliam a situação econômica do país no mesmo período como má ou muito má (CIS, 2021).

O momento pede por precaução. A nova reforma trabalhista, em que pese ter trazido de volta importantes direitos, manteve aspectos da reforma de 2012, diferentemente do prometido e que poderia ter sido feito pela mesma maioria que formou o atual governo.

Considerações finais

Com a pandemia, houve ampliação do desemprego, queda dos rendimentos do trabalho e incremento da desigualdade ao redor do mundo. Contudo, há uma janela de oportunidade para pensar alternativas e, eventualmente, conseguir avanços civilizatórios. Esta conjuntura permite problematizar dogmas, particularmente os do liberalismo de playground que ainda reina. Não precisamos de uma “volta” do Estado. Ele nunca foi embora. Precisamos de uma mudança substancial na sua atuação.

Nos EUA e na Espanha, os rumos dos debates e, em alguma medida, das políticas públicas, têm se distanciado de algumas das premissas fundamentais do neoliberalismo, em particular em relação ao papel do Estado no que concerne ao pleno emprego e à proteção social. Contudo, os movimentos têm sido contraditórios e, mesmo quando protetivos, tímidos.

Numa perspectiva no interior da ordem vigente, as forças do trabalho precisam apresentar o direito do trabalho e o fortalecimento das entidades dos trabalhadores sempre como contrapartida mínima para o capitalismo existir. Em síntese, o debate tem de colocar em xeque o próprio capitalismo: ele só pode se justificar se garantir vida digna a todos.

Em suma, a pandemia, como outros momentos de grande crise, abre janelas de oportunidades, cujo desfecho pode enfrentar ou piorar um quadro já extremamente grave. Ou seja, é possível que as forças do trabalho encaminhem algo que melhore o quadro atual ou que o capital consiga manter ou acentuar as características da conjuntura, como foi capaz de fazer após a crise de 2008.

Referências

AGÊNCIAS. Just Eat y los sindicatos acuerdan el primer convenio colectivo del reparto a domicilio. **El País**, 16 December 2021. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2021-12-16/just-eat-y-los-sindicatos-acuerdan-el-primer-convenio-colectivo-del-reparto-a-domicilio.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

ALONSO, Eloy; VÉLEZ, Antonio M. El descontrol eléctrico se agrava: los mercados apuestan por que los precios de 2022 dupliquen los de 2021. **El Diario**, 17 December 2021. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/descontrol-electrico-agrava-mercados-apuestan-precios-2022-dupliquen-2021_1_8589894.html. Acesso em: 9 Jan. 2022.

AMERICAN COMPASS. Not What They Bargained For: A Survey of American Workers. **American Compass**, 6 de setembro de 2021. Disponível em: <https://americancompass.org/essays/not-what-they-bargained-for/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA RESEARCH (BBVA). **Impacto de la COVID-19 sobre el consumo en España en tiempo real y alta definición**. dez. 2021b. Disponível em: <https://www.bbvaresearch.com/en/publicaciones/spain-impact-of-covid-19-on-consumption-in-real-time-and-high-definition-in-dec-21/>. Acesso em 8 jan. 2021.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA RESEARCH (BBVA). **Situación Consumo**: Primer semestre 2021a. Disponível em: <https://www.bbvaresearch.com/publicaciones/espana-situacion-consumo-primer-semester-2021/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

BENEFITS.GOV. **Child and Dependent Care Credit**. Benefits.gov, 2021, Disponível em: <https://www.benefits.gov/benefit/937>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

BERGARECHE, Patrik. Just Eat y sindicatos logran un acuerdo para el primer convenio de su sector. **CCOO Servicios**, 17 December 2021. Disponível em: <https://www.ccoo-servicios.es/html/53652.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

BIVENS, Josh. U.S. workers have already been disempowered in the name of fighting inflation. **Economic Policy Institute**, 21 de janeiro de 2022, <https://www.epi.org/blog/u-s-workers-have-already-been-disempowered-in-the-name-of-fighting-inflation-policymakers-should-not-make-it-even-worse-by-raising-interest-rates-too-aggressively/>. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

BRENAN, Megan. Approval of Labor Unions at Highest Point Since 1965. **Gallup News**, 2 de setembro de 2021, https://news.gallup.com/poll/354455/approval-labor-unions-highest-point-1965.aspx?utm_source=twitter&utm_term=gallupnews&utm_content=773844ea-cf2f-470a-bc1d-4f9d9717c34a&utm_campaign=gallup_news. Acesso em 9 Janeiro de 2022.

BROWN, Scott; HERR, Jane; ROY, Radha; KLERNAN, Jacob Alex. **US Department of Labor**, 2020, Disponível em: https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/OASP/evaluation/pdf/WHF_FMLA2018SurveyResults_FinalReport_Aug2020.pdf. Acesso em 03/01/2022.

BRUENIG, Matt. Democratic Child Care Plan Will Spike Prices for the Middle Class by \$13000. **People's Policy Project**, 20 outubro de 2021. Disponível em: <https://www.peoplespolicyproject.org/2021/10/20/democratic-child-care-plan-will-spike-prices-for-the-middle-class-by-13000/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

BUNKER, Nick. Indeed Job Search Survey October 2021. **Indeed Hiring Lab**, 2 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.hiringlab.org/2021/11/02/job-search-survey-october-2021/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

BUNKER, Nick; KONKEL, Ann Elizabeth. 2022 Labor Market Outlook and Review. **Indeed Hiring Lab**, 4 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.hiringlab.org/2022/01/04/2022-labor-market-outlook-and-review/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

CAIXABANK Research. Dossier: a por una recuperación menos desigual. **Informe Mensual**, n. 460, out. 2021. Disponível em: <https://www.caixabankresearch.com/es/informe-mensual/460/octubre-2021/recuperacion-menos-desigual>. Acesso em: 23 out. 2021.

CAIXABANK Research. Dossier: el impacto de la COVID-19 en la desigualdad. **Informe Mensual**, n. 450, nov. 2020. Disponível em: <https://www.caixabankresearch.com/es/informe-mensual/450/noviembre-2020/impacto-covid-19-desigualdad-espana>. Acesso em: 26 out. 2021.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS (CIS). **Barómetro de noviembre 2021**, n. 3340. Disponível em: https://www.cis.es/cis/opencms/ES/NoticiasNovedades/InfoCIS/2021/Documentacion_3340.html. Acesso em: 4 jan. 2022.

CNI. Competitividade e crescimento: a agenda da indústria. Brasília, CNI, 1998.

COMISSÃO EUROPEIA. **Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the European Central Bank and the Eurogroup 2020 European Semester: Assessment of progress and structural reforms, prevention and correction of macroeconomic imbalances, and results of in depth reviews under Regulation**. 2020. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f03e0027-5942-11ea-8b81-01aa75ed71a1/language-en>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS (CCOO); INSTITUTO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE. **La precariedad laboral en España: una doble perspectiva**. Madrid, nov. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnncbnpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.ccoo.es%2F4d661f057d46da39cd756d6c93645803000001.pdf&clen=919603&chunk=true>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. How Federal Rental Assistance Works. **Consumer Financial Protection Bureau**, 2021. Disponível em: https://www.consumerfinance.gov/coronavirus/mortgage-and-housing-assistance/renter-protections/emergency-rental-assistance-for-renters/?utm_source=outreach&utm_medium=banner&utm_campaign=treasury_banner/. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

DEAN, Grace. WI Lawmakers Pass Bill for Under-16s to Work Until 11 Pm. **Business Insider**, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/labor-shortage-wisconsin-senate-jobs-work-teenagers-child-labor-hours-2021-10>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

DEL BAIRRO, Ana. El drama del recibo de la luz: En casa ya no ponemos la calefacción. No nos podemos permitir ese lujo. **El Mundo**, 29 November 2021. Disponível em: <https://www.elmundo.es/madrid/2021/11/29/619fad77e4d4d8cb158b45c4.html>. Acesso em 9 Jan. 2022.

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. The Productivity–Pay Gap. **Economic Policy Institute**, agosto de 2021a. Disponível em: <https://www.epi.org/productivity-pay-gap/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. Unions help reduce disparities and strengthen our democracy. **Economic Policy Institute**, 23 de abril de 2021b. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/unions-help-reduce-disparities-and-strengthen-our-democracy/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

EIDELSON, Josh; KULLGREN, Ian. Starbucks waged 'shock and awe' campaign on workers, union claims. **Al Jazeera**, 17 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2021/12/17/starbucks-waged-shock-and-awe-campaign-on-workers-union-claims>. Acesso em: 9 jan. de 2022.

EL PAÍS. Deliveroo se marchará de España el 29 de noviembre | Economía. **El País**, 18 November 2021. . Disponível em: <https://elpais.com/economia/2021-11-18/deliveroo-se-marchara-de-espana-el-29-de-noviembre.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022

ESQUERRA REPUBLICANA; EHBILDU; CUP; BNG. Declaración conjunta de ERC, EH Bildu, CUP y BNG para la recuperación de derechos en la Reforma Laboral. 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.economiadigital.es%2Fwp-content%2Fuploads%2F2022%2F01%2FDeclaracion-conjunta-Reforma-laboral.pdf&clen=449018&chunk=true>. Acesso em: 28 jan. 2022.

ESPAÑA. **Ley 10, de 9 de julio de 2021**. De trabajo a distancia. Madri, Presidente del Gobierno, 2021a. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2021/07/09/10>. Acesso em: 4 jan. 2022.

ESPAÑA. **Ley 19, de 20 de diciembre de 2021**. Por la que se establece el ingreso mínimo vital. Madri, El Presidente del Gobierno, 2021b. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2021/12/20/19>. Acesso em: 4 jan. 2022.

ESPAÑA. **Ley 20, de 28 de diciembre de 2021**. De medidas urgentes para la reducción de la temporalidad en el empleo público. Madri, Presidente del Gobierno, 2021c. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2021/12/28/20/con>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto 463, de 14 de marzo de 2020**. Por el que se declara el estado de alarma para la gestión de la situación de crisis sanitaria ocasionada por el COVID-19. Madri, 2020a. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rd/2020/03/14/463>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 11, de 31 de marzo de 2020**. Por el que se adoptan medidas urgentes complementarias en el ámbito social y económico para hacer frente al COVID-19.. Madri, 2020b. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/03/31/11/con>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 13, de 7 de abril de 2020.** Por el que se adoptan determinadas medidas urgentes en materia de empleo agrario. Madrid, 2020c. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/04/07/13/con>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 15, de 21 de abril de 2020.** De medidas urgentes complementarias para apoyar la economía y el empleo. Madrid, 2020d. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/04/21/15/con>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 17, de 5 de mayo de 2020.** Por el que se aprueban medidas de apoyo al sector cultural y de carácter tributario para hacer frente al impacto económico y social del COVID-2019. Madrid, 2020e. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/05/05/17/con>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 18, de 12 de mayo de 2020.** De medidas sociales en defensa del empleo. Madrid, 2020f. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/05/12/18/con>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 20, de 29 de mayo de 2020.** Por el que se establece el ingreso mínimo vital. Madrid, 2020g. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/05/29/20/con>. Acesso em: 24 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 21, de 26 de octubre de 2021d.** Por el que se prorrogan las medidas de protección social para hacer frente a situaciones de vulnerabilidad social y económica. Madrid, 2021. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2021/10/26/21>. Acesso em 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 28, de 22 de septiembre de 2020.** De trabajo a distancia. Madrid, 2020h. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/09/22/28/con>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 29, de 29 de septiembre de 2020.** De medidas urgentes en materia de teletrabajo en las Administraciones Públicas y de recursos humanos en el Sistema Nacional de Salud para hacer frente a la crisis sanitaria ocasionada por la COVID-19. Madrid, 2020i. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/09/29/29/con>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 30, de 29 de septiembre de 2020.** De medidas sociales en defensa del empleo. Madrid, 2020j. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/09/29/30/con>. Acesso em 4 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 32, de 28 de diciembre de 2021.** De medidas urgentes para la reforma laboral, la garantía de la estabilidad en el empleo y la transformación del mercado de trabajo. Madrid, 2021e. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2021/12/28/32/con>. Acesso em 30 dez. 2021.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 8, de 17 de marzo de 2020.** De medidas urgentes extraordinarias para hacer frente al impacto económico y social del COVID-19. Madrid, 2020. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2020/03/17/8/con>. Acesso em 2 jan. 2022.

ESPAÑA. **Real Decreto-ley 9, de 11 de mayo de 2021.** Por el que se modifica el texto refundido de la Ley del Estatuto de los Trabajadores, aprobado por el Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de octubre, para garantizar los derechos laborales de las personas dedicadas al reparto en el ámbito de plataformas digitales. Madrid, 2021f. Disponible em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2021/05/11/9>. Acesso em 13 set. 2021.

ESPAÑA. Real Decreto 817/2021, de 28 de septiembre. Por el que se fija el salario mínimo interprofesional para 2021. Madrid, 2021g. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rd/2021/09/28/817/con>. Acesso em 9 out. 2021.

ESTOS serán los importes del Ingreso Mínimo Vital em 2022. **Revista Seguridad Social**. Madrid, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://revista.seg-social.es/2021/12/16/estos-seran-los-importes-del-ingreso-minimo-vital-en-2022/>. Acesso em 23 dez. 2021.

EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK (EAPN). El mapa de la pobreza severa en España: El paisaje del abandono. 2º Informe 2021. Disponível em: <https://www.eapn.es/publicaciones/443/ii-informe-el-mapa-de-la-pobreza-severa-en-espana-el-paisaje-del-abandono>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FIESP. Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990

FIGULS, Josep Catà. La huelga de Glovo marca un hito en las protestas de la nueva economía. **El País**, 11 September 2021. Disponível em: <https://elpais.com/espana/catalunya/2021-09-11/la-huelga-de-glovo-marca-un-hito-en-las-protestas-de-la-nueva-economia.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

FIGULS, Josep Catà; GALINDO, Cristina. La irrupción de cuatro nuevas plataformas de reparto sacude el sector tras la entrada en vigor de la 'ley rider.' **El País**, 26 December 2021. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2021-12-27/la-irrupcion-de-cuatro-nuevas-plataformas-de-reparto-sacude-el-sector-tras-la-entrada-en-vigor-de-la-ley-de-riders.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

FRESNEDA, Diana. El bono joven del alquiler no llegará a todos: apenas se aplicará en grandes ciudades y podría subir los precios. **RTVE Noticias**, 19 jan. 2022. Disponível em: https://www.rtve.es/noticias/20220119/efectos-bono-alquiler/2261400.shtml?utm_medium=Social&utm_source=Twitter%23Echobox%3D1642600178. Acesso em 19 de jan. 2022.

FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. American Rescue Plan Fact Sheet. **USDA Food and Nutrition Service**, 22 de março de 2021a. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/american-rescue-plan-fact-sheet>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. FNS-101: Special Supplemental Nutrition Program for Women, Infants, and Children (WIC). **USDA Food and Nutrition Service**, 4 de março de 2021b. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/fns-101-wic>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. PL 116-159 - Continuing Resolution SNAP State Options. **USDA Food and Nutrition Service**, 1 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/snap/cr-state-options>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. State Guidance on Coronavirus P-EBT. **USDA Food and Nutrition Service**, 26 de novembro de 2021c. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/snap/state-guidance-coronavirus-pandemic-ebt-pebt>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FOOD AND NUTRITION SERVICE U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP) Frequently Asked Questions. **USDA Food and Nutrition Service**, 4 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/snap/retailer/faq>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FLOWERS, Alyssa, *et al.* 5 charts that explain inflation, wages, supply chains and restaurants. **The Washington Post**, 16 de outubro de 2021, Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2021/10/16/economy-charts-inflation-supply-chain-wages/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

FLOWERS, Alyssa; DUCROQUET, Simon. The second-biggest program in the Democrats' spending plan gives billions to the rich. **The Washington Post**, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2021/11/16/second-biggest-program-democrats-budget-gives-billions-rich/>. Acesso em: 9 de janeiro de 2022.

FUNK, Josh. Kellogg's files lawsuit against its striking cereal workers. **AP News**, 11 November 2021. Disponível em: <https://apnews.com/article/coronavirus-pandemic-business-omaha-strikes-battle-creek-bb99caa8bc7fa120f357bf72d1861cdf>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

GAMIO, Lazaro; PARLAPIANO, Alicia. How Every House Member Voted on the Infrastructure Bill. **The New York Times**, 5 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2021/11/05/us/politics/house-vote-infrastructure.html>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia. 16 de junho de 2021. Disponível em: https://www.lamoncloa.gob.es/temas/fondos-recuperacion/Documents/160621-Plan_Recuperacion_Transformacion_Resiliencia.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

GÓMEZ, Manuel V. El plan contra la temporalidad fraudulenta logra 61.000 contratos fijos en casi tres semanas. **El País**, 14 March 2021. Disponível em: https://elpais.com/economia/2021-03-14/el-plan-contra-la-temporalidad-fraudulenta-logra-61000-contratos-fijos-en-casi-tres-semanas.html?ssm=TW_CC. Acesso em: 9 Jan. 2022.

GRIM, Ryan; KLIPPENSTEIN, Ken. The Main Driver of Inflation Is a Murderous Maniac in Riyadh. **The Intercept**, 11 de novembro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/11/11/inflation-saudi-arabia-biden-mbs-oil/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

GURLEY, Lauren Kaori. Leaked Audio: Amazon Workers Grill Managers at Anti-Union Meeting. **VICE**, 17 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/4awvvd/leaked-audio-amazon-workers-grill-managers-at-anti-union-meeting>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

HAMILTON, Leah, *et al.* Employment, Financial and Well-being Effects of the 2021 Expanded Child Tax Credit. **Content Delivery Network (CDN)**, 2021. Disponível em: https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/sites.wustl.edu/dist/a/2003/files/2021/09/Wave-1-executive-summary_FINAL.pdf. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

HAMPTON, Deon J. “BNSF unions can't strike over attendance policy, judge rules.” **NBC News**, 26 Janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/bnsf-unions-cant-strike-attendance-policy-judge-rules-rcna13548>. Acesso em: 2 fevereiro de 2022.

HELSEL, Phil. John Deere union workers ratify new deal to end strike. **NBC News**, 18 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/john-deere-union-workers-ratify-new-deal-end-strike-rcna5967>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

HICKEY, Sebastian Martinez; COOPER, David. Cutting unemployment insurance benefits did not boost job growth: July state jobs data show a widespread recovery. **Economic Policy Institute**, 24 agosto de 2021. Disponível em: <https://www.epi.org/blog/cutting-unemployment-insurance->

benefits-did-not-boost-job-growth-july-state-jobs-data-show-a-widespread-recovery/. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Encuesta de Población Activa (EPA) 2021T3**. Asalariados del sector público con contrato o relación laboral temporal por duración del contrato, sexo y grupo de edad. Madri, 2021. Disponível em: <https://www.ine.es/jaxiT3/Tabla.htm?t=4257&L=0>. Acesso em: 3 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Encuesta de presupuestos familiares ano 2020**. Madri, 15 nov. 2021. Disponível em: https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736176806&menu=ultiDatos&idp=1254735976608. Acesso em: 26 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Indicador adelantado del Índice de Precios de Consumo (IPC) Indicador adelantado del Índice de Precios de Consumo Armonizado (IPCA)**. 30 dez. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.ine.es%2Fdaco%2Fdaco42%2Fdaco421%2Fipcia1221.pdf&chunk=true> Acesso em: 3 jan. 2022.

INTERNAL REVENUE SERVICE. Advance Child Tax Credit Payments in 2021. **IRS**, 2021a. Disponível em: <https://www.irs.gov/credits-deductions/advance-child-tax-credit-payments-in-2021>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

INTERNAL REVENUE SERVICE. Child and Dependent Care Credit FAQs. **IRS.gov**, 25 august 2021b. Disponível em: <https://www.irs.gov/newsroom/child-and-dependent-care-credit-faqs>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

JAFFE, Greg. Inside the fast-food workers' rebellion at a McDonald's in Bradford, Pa. - Washington Post. **The Washington Post**, 6 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/nation/interactive/2021/rebellion-mcdonalds-bradford-pa/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

JETT, Tyler. Iowa Poll: Majority of Iowans support Deere workers over the company as strike enters second month. **The Des Moines Register**, 15 de novembro de 2021a. Disponível em: <https://www.desmoinesregister.com/story/news/politics/iowa-poll/2021/11/15/iowa-poll-majority-support-uaw-workers-over-company-deere-strike/6376829001/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

JETT, Tyler. John Deere workers approve new contract proposal; UAW ends strike. **The Des Moines Register**, 17 novembro de 2021b. Disponível em: <https://www.desmoinesregister.com/story/money/business/2021/11/17/uaw-john-deere-strike-2021-vote-results-contract-end/8619898002/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

JETT, Tyler. United Auto Workers attorneys ask judge to walk back injunction against Deere picketers in Davenport. **The Des Moines Register**, 25 de outubro de 2021c, <https://www.desmoinesregister.com/story/money/business/2021/10/25/john-deere-strike-union-workers-injunction-pickers-unwarranted-davenport/8545009002/>. Acesso em: 9 de janeiro de 2022.

JIMENÉZ, Marimar; MONGE, Pablo. CC OO denuncia a Glovo ante la Inspección de Trabajo por "desafiar la Ley Rider." **Cinco Días**, 9 August 2021. Disponível em: https://cincodias.elpais.com/cincodias/2021/08/09/companias/1628515039_022186.html. Acesso em: 9 Jan. 2022.

KELLOGG'S. DEC 15 TENTATIVE AGREEMENT HIGHLIGHTS. **Transitional Wage**: Company Proposal 25 in Year One, 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://kelloggsnegotiations.com/wp-content/uploads/2021/12/Tentative-Agreement-Overviews-2021.12.15.pdf>. Acesso em: 9 de janeiro de 2022.

KELLOWAY, Claire. “U.S. Food Prices Are Up. How Monopoly Power Makes this Worse.” **TIME**, 14 janeiro de 2022. Disponível em: <https://time.com/6139127/u-s-food-prices-monopoly/>. Acesso em: 2 fevereiro de 2022.

KNORR-EVANS, Maite. How many people will lose unemployment benefits in September? **AS.com English**, 3 de agosto de 2021. Disponível em: https://en.as.com/en/2021/08/03/latest_news/1628011395_203396.html. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

LA COMISIÓN EUROPEA autoriza el desembolso de los 10.000 millones vinculados al cumplimiento de los primeros 52 hitos del Plan de Recuperación. **La Moncloa**, Madri, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/hacienda/Paginas/2021/221221-plan-recuperacion-desembolso-ue.aspx>. Acesso em 4 de jan. 2022.

LA SEGURIDAD SOCIAL suma 70.814 afiliados en diciembre, lo que permite superar en 362.613 personas el nivel previo a la pandemia. **La Moncloa**, Madri, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/inclusion/Paginas/2022/040122-afiliacion.aspx>. Acesso em: 5 jan. 2021.

LONG, Heather. Here's what's in the \$1.2 trillion infrastructure law. **The Washington Post**, 10 August 2021a. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2021/08/10/senate-infrastructure-bill-what-is-in-it/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

LONG, Heather. It's not a 'labor shortage.' It's a great reassessment of work in America. **The Washington Post**, 7 maio de 2021b. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2021/05/07/jobs-report-labor-shortage-analysis/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

MANGAS, Robert. Budget Resolution Needed Before Reconciliation Bill Can Pass. **National Law Review**, 11 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.natlawreview.com/article/don-t-forget-senate-can-t-pass-reconciliation-bill-until-house-passes-budget>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

MARINEZ-BRAVO, Monica; SANZ, Carlos. Inequality and Psychological Well-being in Times of Covid-19: Evidence from Spain. **Revista SERIES**. vol. 12, n. 4, p. 489-548, 2021.

MEISENZAHN, Mary. McDonald's, Other Chains Are Trying to Hire Teens With Labor Shortage. **Business Insider**, 31 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/mcdonalds-trying-to-hire-teens-with-labor-shortage-2021-8>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

MÉNDEZ, Manuel Ángel. Glovo se enfrenta a una multa laboral récord de 50 millones que amenaza su viabilidad. **El Confidencial**, 12 December 2021. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/tecnologia/2021-12-12/glovo-enfrenta-multa-laboral-amenaza-visibility_3334849/. Acesso em: 9 Jan. 2022.

MESA DE DIÁLOGO SOBRE EL PLAN DE RECUPERACIÓN. **Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia**, 10 jan. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.lamonc>

loa.gob.es%2Fserviciosdeprensa%2Fnotasprensa%2Fasuntos-economicos%2FDocuments%2F2022%2F110121-Presentaci%25C3%25B3n-Mesa-Di%25C3%25A1logo-Social-Plan-de-Recuperaci%25C3%25B3n.pdf&clen=3733603&chunk=true. Acesso em 19 jan. 2022.

MINISTERIO DE INCLUSIÓN, SEGURIDAD SOCIAL Y MIGRACIONES. El Congreso de los Diputados aprueba definitivamente la Ley del Ingreso Mínimo Vital. **Seguridad Social**, 16 december 2021. Disponível em: <https://revista.seg-social.es/2021/12/16/el-congreso-de-los-diputados-aprueba-definitivamente-la-ley-del-ingreso-minimo-vital/>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

MORE PERFECT UNION. Dollar General Is Illegally Union-Busting. **More Perfect Union**, 28 outubro de 2021a, <https://perfectunion.us/dollar-general-union-busting-illegal/>. Accessed 9 January 2022.

MORE PERFECT UNION. POLL: The Voters Who Democrats Covet Are Cheering On The Strike Wave. **More Perfect Union**, 1 novembro de 2021b, <https://perfectunion.us/low-income-education-voters-support-strikes-union/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

NATIONAL LOW INCOME HOUSING COALITION. Federal Eviction Moratorium. **National Eviction Moratorium**, 2021a. Disponível em: <https://nlihc.org/coronavirus-and-housing-homelessness/national-eviction-moratorium>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

NATIONAL LOW INCOME HOUSING COALITION. Out of Reach: The high cost of housing. **Out of Reach** 2021, 2021b. Disponível em: https://nlihc.org/sites/default/files/oor/2021/Out-of-Reach_2021.pdf. Acesso em: 9 janeiro 2022.

NATIONAL LOW INCOME HOUSING COALITION. Treasury Emergency Rental Assistance (ERA) Dashboard. **National Low Income Housing Coalition**, 2021c. Disponível em: <https://nlihc.org/era-dashboard>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

NATIONAL PARTNERSHIP FOR WOMEN & FAMILIES. **Paid Leave Works**: Evidence from State Programs, September 2019, <https://www.nationalpartnership.org/our-work/resources/economic-justice/paid-leave/paid-leave-works-evidence-from-state-programs.pdf>. Acesso em 03/01/2021

NEUMAN, Scott. Kellogg's union members ratify a new contract, ending a nearly 3-month strike. **NPR**, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/12/21/1066326419/kelloggs-union-members-ratify-a-new-contract-ending-a-nearly-3-month-strike>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

OLEN, Helaine. “Opinion | How the Great Resignation is bringing efforts to unionize Starbucks to a boil.” **The Washington Post**, 1 fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/02/01/how-great-resignation-is-bringing-efforts-unionize-starbucks-boil/>. Acesso em: 2 fevereiro de 2022.

OLÍAS, Laura. Las empresas hacen fijos a 82.400 temporales en dos semanas tras una carta de la Inspección de Trabajo. **El Diario**, 11 novembro de 2021. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/empresas-fijos-82-400-temporales-semanas-carta-inspeccion-trabajo_1_8479522.html. Acesso em: 9 Jan. 2022.

PAYDAY REPORT. COVID-19 Strike Wave Interactive Map – Payday Report. **Payday Report**, 2021. Disponível em: <https://paydayreport.com/covid-19-strike-wave-interactive-map/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

PÉREZ, Gorka R. La Inspección de Trabajo multa a Glovo con más de 8,5 millones por no regularizar los contratos de sus repartidores en Sevilla. **El País**, 18 novembro de 2021. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2021-11-19/la-inspeccion-de-trabajo-multa-a-glovo-con-mas-de-ocho-millones-y-medio-de-euros-por-no-regularizar-los-contratos-de-sus-repartidores-en-sevilla.html>. Acesso em: 9 Jan. 2022.

REED, Brad. Former Trump official tells workers it's their 'patriotic duty' to take whatever jobs are offered. **YouTube**, 8 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_R8lBguOAFU. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

ROBERTSON, Lori. White House Uses 'Job-Years,' Not Jobs, to Tout Infrastructure Law. **FactCheck.org**, 18 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2021/11/white-house-uses-job-years-not-jobs-to-tout-infrastructure-law/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

ROCKET LAWYER. 2021 Eviction Moratorium Extension and Tenant Rent Relief Update. **Rocket Lawyer**, 2021. Disponível em: <https://www.rocketlawyer.com/real-estate/landlords/eviction/legal-guide/2021-eviction-moratorium-extension-and-tenant-rent-relief-update>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

RODRIGUEZ, Katherine. Kellogg's plans to permanently replace striking workers. **NJ.com**, 24 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nj.com/business/2021/11/kelloggs-plans-to-permanently-replace-striking-workers.html>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

ROMIG, Kathleen; BRYANT, Kathleen. A National Paid Leave Program Would Help Workers, Families. **Center on Budget and Policy Priorities**, 27 abril de 2021. Disponível em: <https://www.cbpp.org/research/economy/a-national-paid-leave-program-would-help-workers-families>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

ROMM, Tony, *et al.* What's in the House's spending bill: A complete guide. **The Washington Post**, 28 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2021/10/28/biden-spending-plan-what-is-in-it/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

RUBIN, Gabriel; COLLINS, Eliza. What's in the Bipartisan Infrastructure Bill? From Amtrak to Roads to Water Systems. **The Wall Street Journal**, 15 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/infrastructure-bill-2021-what-11627515002>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SÁNCHEZ, Raúl. La sexta ola deja cifras récord en las grandes ciudades: más del 4% de la población contagiada en dos semanas. **El Diario**, 5 January 2022. Disponível em: https://www.eldiario.es/sociedad/mapa-casos-confirmados-coronavirus-covid-19-espana-municipio-4e_1_1466396.html. Acesso em: 9 Jan. 2022.

SANGER-KATZ, Margot; PARLAPIANO, Alicia. The Democrats Have a Lot of Cutting to Do. **The New York Times**, 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2021/10/20/upshot/democrats-trim-reconciliation-bill.html>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SCHEIBER, Noam. Starbucks Wants Union Vote Delayed in Buffalo. **The New York Times**, 8 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/11/08/business/starbucks-union-election.html?smid=tw-share>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SCHOLTES, Jennifer, *et al.* Free lunch, immigration, more Medicare: What's in the mix for Democrats' 'go-big' bill. **Politico**, 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/07/13/democrats-go-big-bill-499425>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SECRETARÍA DE ESTADO DE EMPLEO Y ECONOMÍA SOCIAL. **Resolución de 29 de noviembre de 2021**. Por la que se publica el Acuerdo de Consejo de Ministros de 16 de noviembre de 2021, por el que se aprueba el Plan Estratégico de la Inspección de Trabajo y Seguridad Social 2021-2023. Madrid, 2021. Disponível em: [https://www.boe.es/eli/es/res/2021/11/29/\(1\)](https://www.boe.es/eli/es/res/2021/11/29/(1)). Acesso em: 5 jan. 2022.

SELYUKH, Alina. Amazon workers on Staten Island have filed to hold a union election. **NPR**, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/10/25/1048956134/amazon-warehouse-workers-in-new-york-to-file-for-union-vote>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SERVICIO PÚBLICO DE EMPLEO ESTATAL (SEPE). **Demandantes de empleo, paro, contratos y prestaciones por desempleo**. Dez. 2021. Disponível em: <https://sepe.es/HomeSepe/que-es-el-sepe/estadisticas/datos-avance/datos.html>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SHIERHOLZ, Heidi. Labor Day 2019 | Working people have been thwarted in their efforts to bargain for better wages by attacks on unions. **Economic Policy Institute**, 27 agosto de 2019. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/labor-day-2019-collective-bargaining/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

STEIN, Jeff, *et al.* White House shrinks economic package from climate to housing. **The Washington Post**, 22 outubro de 2021, <https://www.washingtonpost.com/us-policy/2021/10/22/white-house-democrats-economic-package/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

STEINER, Marc. 7 months into strike, Alabama coal miners keep the fire burning. **The Real News Network**, 5 de novembro de 2021. Disponível em: <https://therealnews.com/7-months-into-strike-alabama-coal-miners-keep-the-fire-burning>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

STOLLER, Matt. Corporate Profits Drive 60% of Inflation Increases. **BIG by Matt Stoller**, 29 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://mattstoller.substack.com/p/corporate-profits-drive-60-of-inflation>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

STRAUSS, Delphine. Where did all the workers go? **Financial Times**, 21 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/3cfff0294-4c4d-4e29-b482-1f6f41889399>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

SUBSECRETARÍA. **Resolución de 27 de julio de 2018**. De la Subsecretaría, por la que se publica el Acuerdo del Consejo de Ministros de 27 de julio de 2018, por el que se aprueba el Plan Director por un Trabajo Digno 2018-2019-2020. Madrid, 2018. Disponível em: [https://www.boe.es/eli/es/res/2018/07/27/\(2\)](https://www.boe.es/eli/es/res/2018/07/27/(2)). Acesso em 2 set. 2021.

SUPREME COURT OF THE UNITED STATES. 21A23 Alabama Assn. of Realtors v. Department of Health and Human Servs. (08/26/21).” Supreme Court, 26 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.supremecourt.gov/opinions/20pdf/21a23_ap6c.pdf. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: The American Families Plan. **The White House**, 28 April 2021b, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/04/28/fact-sheet-the-american-families-plan/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

THE WHITE HOUSE. President Biden Announces the Build Back Better Framework. **The White House**, 28 de outubro de 2021c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/10/28/president-biden-announces-the-build-back-better-framework/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

THE WHITE HOUSE. The American Rescue Plan. **The White House**, 2021a, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/American-Rescue-Plan-Fact-Sheet.pdf>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF LABOR. Families First Coronavirus Response Act: Employee Paid Leave Rights. **US Department of Labor**, 2020a. Disponível em: <https://www.dol.gov/agencies/whd/pandemic/ffcra-employee-paid-leave>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. About the CARES Act and the Consolidated Appropriations Act. **Treasury Department**, 2020b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/coronavirus/about-the-cares-act>. Acesso em: 7 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Economic Impact Payments. **Treasury Department**, 2021a. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/coronavirus/assistance-for-american-families-and-workers/economic-impact-payments>. Acesso em: 7 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Emergency Rental Assistance Program. **Treasury Department**, 2021b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/coronavirus/assistance-for-state-local-and-tribal-governments/emergency-rental-assistance-program>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Emergency Rental Assistance Program Surpasses 2.5 Million Payments to Renters and Landlords. **Treasury Department**, 29 de novembro de 2021d. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0506>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury and IRS Disburse Sixth Monthly Child Tax Credit to Families of 61 Million Children. **Treasury Department**, 15 de dezembro de 2021e. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0533>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. US Department of the Treasury | American Rescue Plan: Treasury's Progress and Impact After Six Months. **Treasury Department**, 15 setembro de 2021c. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/136/American-Rescue-Plan-Six-Month-Report.pdf>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

UNIÓN SINDICAL OBRERA (USO). **Balance del mercado laboral 2019**, un mal año para el empleo. n. 15, enero 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fso3.s3c.es%2Fimag%2Fdoc%2F2020-01-23%2FEstudios_GE15.pdf&clen=333691&chunk=true. Acesso em 28 dez. 2021.

VÉLEZ, Antonio M. El precio de luz pulveriza otro récord y el mercado mayorista alcanza los 383 euros/MWh. **El Diario**, 22 December 2021. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/precio-luz-pulveriza-record-mercado-mayorista-alcanza-383-euros-mwh_1_8603012.html. Acesso em: 9 Jan. 2022.

WEISMAN, Jonanthan, *et al.* House Passes \$1 Trillion Infrastructure Bill, Putting Social Policy Bill on Hold. **The New York Times**, 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/11/05/us/politics/house-infrastructure-reconciliation.html>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

WRONSKI, Laura. New York Times|Momentive Poll: December 2021. **SurveyMonkey**, 14 December 2021. Disponível em: <https://www.surveymonkey.com/curiosity/nyt-december-2021-cci/>. Acesso em: 9 janeiro de 2022.

The Return of the State: Restructuring Britain for the Common Good. Patrick Allen, Suzanne J. Konzelmann and Jan Toporowski (eds). **Agenda Publishing**, 2021.

Dados dos autores

Vitor Araújo Filgueiras

Professor de Economia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: fvitor@ufba.br.

Alice Azevedo Magalhães

Graduanda em Direito na Universidade Federal da Bahia. Email: aliceazmagalhaes@gmail.com.

Sara Costa Pedreira

Graduanda em Economia na Universidade Federal da Bahia. Email: sara.costa@ufba.br.